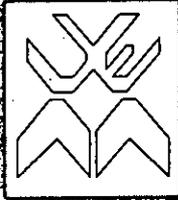


Ats - 14
2002



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

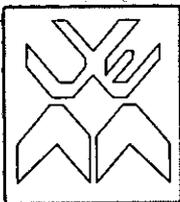
Autor: **Guilherme Afonso Mussane**

Impacto dos Projectos de Desenvolvimento Rural nas Redes Sociais: o caso do Projecto Licuati (Djavula-1997/2002)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

SUPERVISOR: Dr. José Pimentel Teixeira

Maputo, Novembro, 2002



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Autor: Guilherme Afonso Mussane

**Impacto dos Projectos de Desenvolvimento Rural nas Redes Sociais- o caso do
Projecto Licuáti (Djavula-1997/2002)**

**Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo
Mondlane.**

SUPERVISOR: Dr. José Pimentel Teixeira

Maputo, Novembro, 2002

U.E.M. - UFICS
N.º 4614
T. 20/07/05
REGIÇÃO Oferta
GOTA. Ato - 14

Dedicatória

Ao meu pai Afonso Benjamim Mussane (*in memoriam*) e a minha mãe Rosita Macuácuá.

À minha esposa Angelina Eugénia Muzima, aos meus filhos Júlio César Mussane, Ivan Guilherme Mussane e Denise de Eugénia Mussane, autores intelectuais da realização deste sonho.

Agradecimentos

Antes demais, quero agradecer aos meus pais e aos meus irmãos e muito particularmente ao meu irmão, **Henrique Mussane**, que como pai soube sempre ajudar e estimular-me na construção desta e de outras utopias.

Gostaria de destacar o apoio e os contributos recebidos do meu supervisor, o **Doutor José Pimentel Teixeira**. Os seus conselhos e sugestões foram decisivos para o modo como fui apurando a percepção e compreensão da problemática em análise.

Em diversos momentos da elaboração deste trabalho contei ainda com a disponibilidade de docentes como a **Prof. Doutora Paula G. Meneses**, o **Prof. Doutor Severino E. Guenha**, o **Prof. Doutor Elisio Macamo** e o **Doutor Cristiano Matsinhe**.

Não me esquecerei do apoio de todos os docentes do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UEM sobretudo do seu timoneiro, o **Doutor Alexandre Mate**.

Agradecimento especial vai para o Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento (NET) que financiou o trabalho de pesquisa no Distrito de Matutuine, Comunidade de Djavula.

Agradeço aos **Doutores Manuel Macie e Manuela Rico** por me terem acendido os archotes que iluminaram o caminho para as terras de Djavula.

Agradeço ao meu cunhado **Justino Muzima**, pelo apoio moral e material.

Gravados na minha memória estarão para sempre todos os colegas do curso tanto do Bacharelato em Ciências Políticas como os da Licenciatura em Antropologia, e todos àqueles que directa ou indirectamente tornaram possível a realização deste sonho.

Finalmente, agradeço aos habitantes de **Djavula**, cujas memórias e depoimentos tornaram possível a realização do presente projecto de pesquisa.

Sinopse

O presente projecto de investigação analisa essencialmente a situação das redes sociais numa comunidade onde esteve (e está) em curso um projecto de desenvolvimento rural.

Para a nossa reflexão metódica tivemos como hipótese de trabalho a seguinte:

- O conhecimento da cultura local (comportamentos, atitudes e práticas) dos actores sociais é um factor importante na definição das estratégias e práticas de desenvolvimento. Posto isto, a mobilização da comunidade com o único propósito de divulgar os conteúdos dos projectos e a concepção exógena dos mesmos, repercute-se no *ethos* cultural das mesmas e influencia as relações entre os actores sociais intervenientes.

Para a análise de situações concretas usamos como indicadores ou variáveis entre outros, os seguintes: Sexo, idade, estado civil, profissão, ocupação, ecologia, mobilidade geográfica e extensão do grupo doméstico.

Vários procedimentos foram usados para a realização do presente trabalho. Através da revisão bibliográfica de obras que abordam questões de interacção social, incluindo os conceitos de família, grupo doméstico e redes sociais procuramos as pistas para a reflexão e instrumentos teóricos válidos para o estudo.

Fizemos a revisão da teoria de desenvolvimento incluindo o conceito de participação.

Constatámos que fixar e priorizar somente no régulo o ponto de contacto entre os donos do projecto e a comunidade é uma forma muito cómoda e simples de encarar as coisas. Esta forma de agir exclui dos benefícios do projecto os grupos vulneráveis ou mais discriminados da comunidade, como os "não naturais" e as mulheres.

Achamos que não só se deve aproveitar e valorizar as formas tradicionais de maneo comunitário mas ter na comunidade o sujeito de qualquer tipo de projecto.

Declaração

Declaro que este projecto de investigação, nunca foi apresentado na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico, e que constitui resultado da minha investigação estando no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

ABREVIATURAS

BEU	Unidade de Energia e Biomassa
BM	Banco Mundial
DNFFB	Direcção Nacional de Floresta e Fauna Bravia
DPADR	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
NET	Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNB	Produto Nacional Bruto
PPCS	Projecto de Participação Comunitária em Saúde
SPFFB	Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFICS	Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
UICN	União Mundial para a Natureza

INDÍCE

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Sinopse.....	III
Declaração.....	IV
Abreviaturas.....	V
Introdução.....	2
Capítulo I.....	3
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	3
1.1.2 No concenente a Moçambique.....	4
1.1.3 Localização.....	5
1.1.4. Alguns aspectos gerais da Comunidade de Djavula.....	5
CapítuloII.....	7
2. O ESTUDO.....	7
2.1. Relevância do estudo.....	7
2.1.1 Problemática e objectivos do estudo.....	8
2.1.2 Objectivos.....	9
2.1.3 Hipótese.....	9
2.1.4 O Projecto Licuáti.....	10
2.1.5 Objectivos do Projecto Licuáti.....	11
2.1.6 Contexto do projecto Licuati II.....	11
Capítulo III.....	13
3. QUADRO TEÓRICO.....	13
3.1 Algumas linhas de abordagem de desenvolvimento comunitário.....	13
3.2 Quadro conceptual.....	14
3.2.1 Participação.....	15
3.2.3 Redes Sociais.....	17
Capítulo IV.....	21
4.1 METODOLOGIA.....	21
Capítulo V.....	23 y
5.1 ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS.....	23
5.1.2 Organização Social.....	23
5.1.3 Organização Política.....	24
5.1.4 Mitos e ritos na preservação dos recursos florestais.....	26
5.1.5 Organização económica.....	28
5.1.6 O Parentesco como matriz das Redes de Solidariedade.....	30
5.1.7 A problemática do maneio comunitário dos recursos naturais.....	34
5.1.8 Sobre as queimadas.....	35
Capítulo VI.....	42
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6.1.2 Algumas recomendações.....	45
Capítulo VII.....	45
7.1. BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA.....	46
7.1.2 BIBLIOGRAFIA RELEVANTE.....	48
7.1.3 Anexos.....	52

1. Introdução

Neste documento apresentamos os resultados de um projecto de investigação , realizada no âmbito da elaboração do trabalho do fim do curso e para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

O tema aqui estudado- Redes Sociais/ Desenvolvimento Rural -, ancora-se nos debates teóricos desenvolvidos pelos especialistas do "alívio à pobreza", "auto-emprego" "desenvolvimento sustentável¹ ", entre outros. No mundo contemporâneo buscam-se reflexões e fórmulas que incentivam o desenvolvimento como participação comunitária.

O estudo está organizado da seguinte forma: Começamos com a introdução. No primeiro capítulo apresentamos a contextualização da gestão comunitária dos recursos naturais que inclui o historial da comunidade de Djavula . No segundo capítulo, temos as componentes do estudo (relevância do tema, problemática do estudo, a hipótese e os objectivos). No terceiro capítulo fazemos referência ao quadro teórico e definimos os principais conceitos. No quarto capítulo, temos a descrição da metodologia usada. A seguir, no quinto capítulo apresentamos e analisamos os dados empíricos. Com base nos resultados, preenchemos o sexto capítulo com algumas considerações finais e trazemos algumas recomendações que poderão ser aplicadas ou podem ser objecto de reflexão nos próximos estudos. Finalmente, no sétimo capítulo apresentamos os anexos que são compostos pelo guião de perguntas e a lista dos entrevistados.

Capítulo I

1.1 Contextualização

Neste capítulo vamos contextualizar a gestão comunitária dos recursos naturais como estratégia e política de desenvolvimento rural.

Nas última três décadas tem-se verificado uma notória mudança nas teorias sobre os recursos ambientais na maior parte do mundo. Segundo a União para a Natureza (UICN, 1998), algumas das principais causas da degradação ambiental e desflorestamento nas zonas rurais tem sido as políticas de terras inapropriadas, fraquezas institucionais, interesses divergentes e competitivos entre os intervenientes, fraco reconhecimento das iniciativas locais e acontecimentos políticos.

Em resposta a estes problemas, tem ocorrido nas três últimas décadas uma evolução de novos modelos de desenvolvimento baseados na participação, boa governação e necessidade de um equilíbrio entre objectivos sociais e ambientais.

A UICN dá como exemplo o Programa de Maneio para Áreas Comuns (CAMPFIRE) no Zimbabwe que teve um papel de liderança com o seu estilo de gestão adaptativa de inovação e integração permitindo que uma rede de “comunidades produtoras” em todo o País pudesse encontrar soluções específicas para os desafios que as pessoas enfrentam ao gerir os seus recursos naturais.

Outro exemplo foi o Programa “Vivendo num Ambiente Finito” (LIFE) na Namíbia que facilitou a adopção progressiva de uma legislação nacional que desse mais poder às comunidades para exercerem o controlo sobre o maneio dos recursos naturais locais através da criação de espaços de conservação.

Os modelos acima mencionados pelo UICN procuram legitimar o conhecimento e sistemas de maneio tradicionais e sublinham o fato de que as comunidades locais não são a causa da degradação ambiental mas antes, parte da solução. Na África Austral

¹ Conceitos usados por José Negrão (1997)

experiências do Zimbabwe e da Namíbia acima mencionadas apontam para algum progresso, especialmente ao darem maior controlo sobre os recursos às comunidades locais.

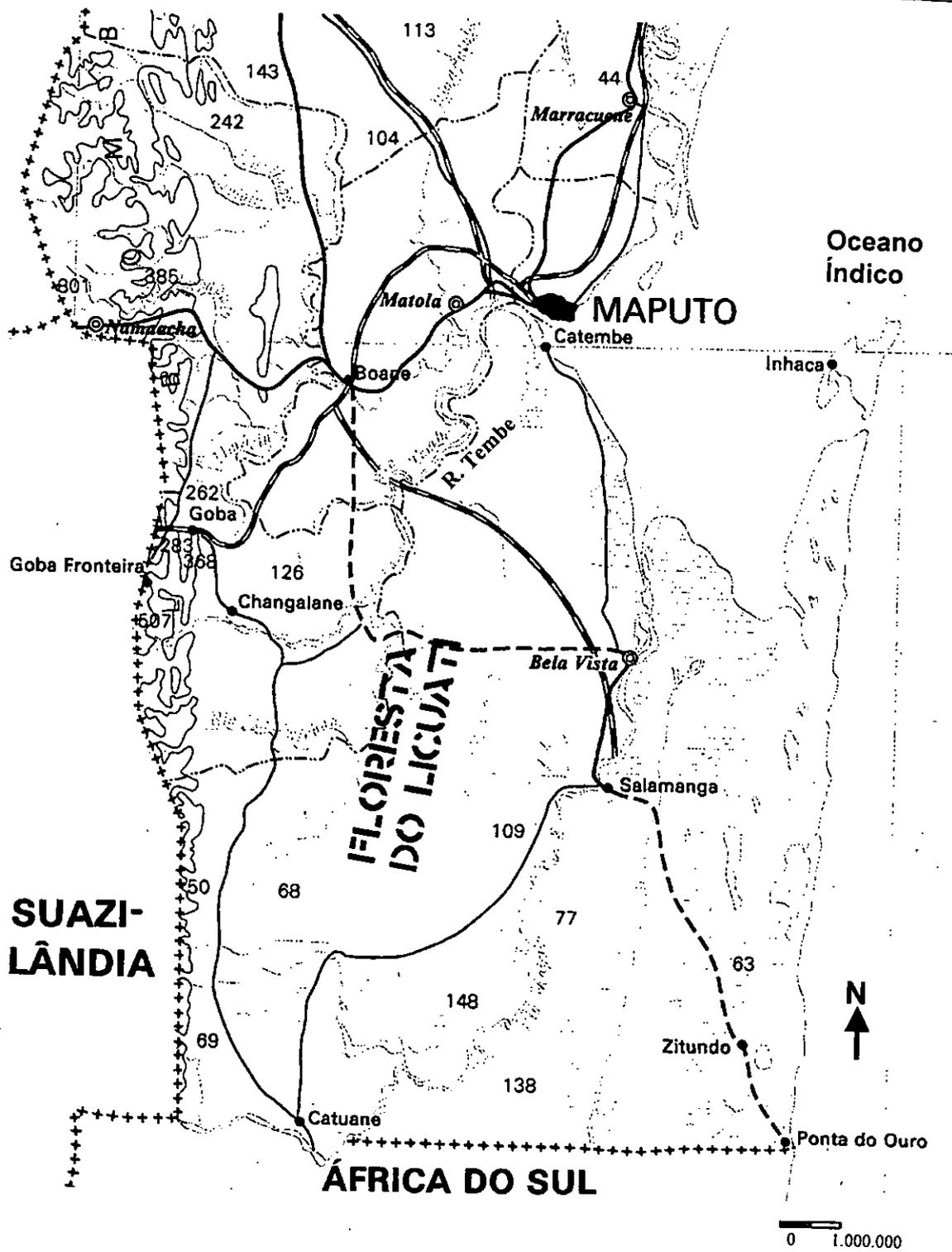
1.1.2 No concernente a Moçambique

Os anos que se seguiram à independência do País foram e tem sido anos de intensa procura de um modelo de desenvolvimento. A partir de 1986, o Governo de Moçambique redesenhou a sua estratégia de desenvolvimento alterando o modelo de uma economia planificada para uma economia de mercado onde o sector de produção agrária de subsistência e o sector privado tomaram o papel preponderante.

Com o restabelecimento da paz, depois do acordo de armistício assinado em Roma no ano de 1992, o novo modelo (economia de mercado) introduz novamente um crescimento na economia. A população rural depende inteiramente dos recursos naturais disponíveis para a sua sobrevivência, principalmente da terra, floresta, fauna, águas interiores e marítimas.

A exploração desses recursos para beneficiarem o desenvolvimento global do País é as comunidades de que eles servem não tem sido das melhores. Se por um lado os interesses económicos, sociais e culturais parecem divergir, por outro lado o maneio correcto desses recursos não encontra o mesmo eco entre os agentes do desenvolvimento e os utilizadores. Esta preocupação levou a que muitos agentes de desenvolvimento iniciassem a pensar na necessidade de combinação de um maneio correcto dos recursos com a participação dos beneficiários.

A necessidade dessa combinação começou a gerar projectos de instituições que centram as suas energias e sinergias no maneio comunitário dos recursos naturais. Foi dentro deste contexto que se desenhou um projecto piloto de maneio comunitário no distrito de Matutuine, na comunidade de Djavula, denominado Projecto Licuáti, objecto de análise neste estudo.



1.1.3 Localização

Djavula é uma comunidade que fica situada no interior do Distrito de Matutuine, Província de Maputo; distando 120 kms a Sul de Maputo, 19 kms do cruzamento de Hindane no sentido Sudoeste e a 50 kms da sede distrital da Bela Vista.

Esta, tem como limites as comunidades de Kassane e Matuve ,a Norte, Guevana , a Oeste, Muhai e Nduadua, a Este, e Manhiahane, a Sul.

1.1.4. Alguns aspectos gerais da Comunidade de Djavula

Nesta parte do estudo, por ausência de documentados escritos detalhados, privilegiamos mais as informações prestadas pelos chefes locais, pois estes são os principais depositários da riqueza historial da comunidade. A escolha destas informações teve a ver com aqueles aspectos que consideramos modais.

Segundo os chefes locais, Djavula significa alegria, e este era o nome que o seu primeiro régulo ostentava. Após a morte deste, sucedeu-lhe o seu filho Jolovane, pai do actual régulo Meniasse Tembe.

Segundo os idosos da comunidade os Tembe vieram da parte sul de Maputo, à procura de novas terras para se fixarem. Este processo de ocupação desta zona que actualmente é Djavula foi feito através de uma conquista pacífica, pois o então clã "dono da terra" dos *Gumende* não ofereceu resistência à ocupação. Assim, desta ocupação o poder passou para as mãos dos Tembe. Ainda, segundo estes os clãs que se estabelecerem a mais tempo na zona seguindo a ordem de fixação são:

Os *Gumende*, *Tembe*, *M'boissa*, *Tchembe*, *Mafumo*, *N'dlandla* e *N'guenha*. Estes clãs são os que têm o poder de influenciar na tomada de decisões de assuntos que mexem com a vida da comunidade. Durante muito tempo, a etnia *Ronga* da qual pertencem os clãs atrás mencionados foi a única habitante desta zona, só mais recentemente com a grande movimentação das populações devido ao conflito armado, e procura de novas condições de vida, é que começaram a aparecer outros grupo étnicos, tais como os *Changana*, *Matsua*, entre outros em pequeno número. Estes últimos são considerados "ninjas", pois diz-se que degradam o meio ambiente

ao não observar as mínimas regras de abate e repovoamento florestal e é por isso que não têm nenhuma influência na tomada de decisões da vida local.

Desde o tempo colonial os habitantes *Ronga* foram, e são na sua maioria crentes das Igrejas Cristãs Africanas (Velhos Apóstolos e Zione). Estas igrejas são sincréticas mas diferem na forma de fazer as homilias. Na primeira, esta é feita pelo Pastor e na segunda o Evangelho é recitado em coro ao som de batuque. Por outro lado e ligado a estas questões espirituais, na esfera tradicional na zona sul desta comunidade localiza-se o sítio onde se encontram os restos mortais do primeiro régulo, e, é neste lugar onde uma vez por ano se realizam eventos como as cerimónias centrais de Ukany*, adoração dos defuntos, pedidos de vária natureza. Nestas cerimónias é frequente sacrificar-se um animal que por norma é consumido no local acompanhado de uma bebida tradicional. Durante a realização desta cerimónia entoam-se canções e danças-se à volta da fogueira em sinal de satisfação.

Em termos antropológicos este tipo de cerimónia constitui uma das manifestações práticas de reprodução social pois, nelas se perpetuam tradições e se transmitem ensinamentos as novas gerações. Nestas, geralmente, o orador reconta a história dos antepassados relacionando-a com aspectos da tradição local tornando o discurso fonte de socialização e educação sobretudo dos mais novos. O régulo é a pessoa mais indicada, durante a realização das cerimónias, para evocar os espíritos dos antepassados, e também tem como missão explicar os objectivos da visita ao local.

Um aspecto interessante a ressaltar na história desta região é o facto de ter havido interacções constantes entre as populações desta zona e as da vizinhas África do Sul por um lado, e por outro lado com as do Reino da Swazilândia o que até hoje se reflecte na cultura local, sobretudo no concernente à língua, a culinária e outros hábitos.

*Nestas cerimónias dos espíritos, deita-se bebida nos túmulos dos chefes mortos pedindo-lhes para abençoarem o novo ano. É aos conselheiros N'dunas que compete fazer estas ilibações. Na ocasião sacrificam uma cabra, um boi, e dizem aos deuses:

Que este Ukany

Não nos faça mal!

Que não nos matem uns aos outros sob sua influência.

Que não nos cause conflitos!

Capítulo II

2. O Estudo

2.1. Relevância do estudo

Decidimos realizar a investigação na Província de Maputo, Distrito de Matutuine, comunidade de Djavula, por duas razões:

A comunidade de Djavula teve (e tem) no seu espaço territorial um dos primeiros cenários dos projectos pilotos de maneio comunitário de recursos naturais e isso significa muitas vezes, novas experiências de interacção social, confronto entre diferenças de representações, valores e culturas. Quisemos testar e verificar a eficiência de uma metodologia de análise que permitisse problematizar, que servisse de base para estudos académicos; interessou-nos também contribuir para a melhoria da planificação de actividades similares nesta e noutras regiões deste vasto Moçambique.

Outra razão é dada pelo fato de já termos estado envolvidos no Projecto de Participação Comunitária em Saúde (PPCS) realizado nesta região, o que nos permitiu ter um certo conhecimento da realidade local. A isto liga-se também o facto de sermos falantes da língua local.

Há duas reflexões teóricas que nos motivaram para este estudo: a) A inclusão das comunidades na gestão e controle dos projectos de desenvolvimento rural é uma mais-valia para todos os interveniente, b) A participação comunitária bem organizada pode ser um factor catalisador do desenvolvimento.

Sob o ponto de vista teórico, o presente projecto de estudo é relevante, visto que partindo de um quadro teórico analisa o impacto de um projecto nos grupos domésticos num contexto específico, ao mesmo tempo que procura os pontos divergentes e/ou convergentes entre a teoria e a prática do desenvolvimento.

Na arena científica, achamos que o projecto é importante pois avança uma metodologia e técnicas de colecta de material para uma reflexão teórica o que poderá constituir um avanço na "construção" do conhecimento nesta e noutras áreas do saber.

2.1.1 Problemática e objectivos do estudo

Nas últimas décadas peritos deste tipo de projectos (ONGs ligadas ao desenvolvimento, doadores e académicos) apelaram para a adopção de novas políticas que favorecessem os princípios de delegação de poderes e descentralização. Isto tem ainda de ser traduzido na prática para uma nova forma institucional que seja flexível e adequada às condições e necessidades locais e não seja manobrado pelos mesmos (Cousins, 1995).

O ponto de entrada para muitas iniciativas de MCRN, no País e não só, tem sido a via ecológica sendo o envolvimento comunitário encarado como pré-requisito necessário para atingir os objectivos de conservação. Por exemplo, muitos modelos de gestão de recursos naturais são desenhados para reduzir as actividades e a procura locais sobre determinados recursos e impor limites das actividades, independentemente de quais sejam as necessidades e aspirações locais. Isto leva a seguinte questão: será o bem estar do recurso natural o último objectivo e a comunidade apenas um elemento que tende ser considerado para atingir o objectivo?

Na mesma linha está o facto de muitas iniciativas de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) terem ignorado a realidade da comunidade para atingir os seus objectivos de conservação e não terem considerado questões mais amplas como a segurança alimentar, pobreza e o modo de vida das comunidades, as quais têm um impacto directo sobre a sustentabilidade destas iniciativas. (Amane, 1994)

Do que acima foi exposto pode-se perceber que ainda não há sintonia entre experiências e os sistemas de conhecimento das pessoas e a sua interpretação das realidades sociais e ecológicas. Posto isto, o eixo central da nossa reflexão resume-se na seguinte pergunta:



Até que ponto o conhecimento da realidade das comunidades, do seu sistema de valores, do seu sistema de produção, das suas formas de uso e aproveitamento da terra e das suas formas de organização, por parte dos seus membros (residentes no local) como dos técnicos ligados aos Projectos, e a discussão conjunta das suas implicações, poderia facilitar a identificação dos problemas e a elaboração da escala de prioridades dos Projectos ?

2.1.2 Objectivos

A partir da comunidade de Djavula vamos estudar a participação da comunidade no processo de maneio comunitário dos recursos naturais. Procuramos reflectir buscando aspectos que façam eco na vida dos grupos domésticos e aspectos que aproximam e/ou distanciam os actores sociais que interagem no âmbito do Projecto Licuáti . O estudo terá como âncora o processo de fabrico de carvão, actividade que faz a ligação de todo o projecto nesta comunidade. Nesta óptica os objectivos específicos deste trabalho concentrar-se-ão no seguinte:

1. Identificação das representações locais sobre recursos naturais e equilíbrio ecológico.
2. Perceber as relações entre os actores sociais envolvidos no projecto.
3. Perceber até que ponto o Projecto Licuáti constitui um incentivo à participação da população local.
4. Compreender as lógicas e as formas de participação dos actores sociais envolvidos.

E, como objectivo geral, tentaremos perceber até que ponto o Projecto Licuáti se repercute ou faz eco na cultura local, nas redes sociais e captar as visões locais sobre desenvolvimento.

2.1.3 Hipótese

No presente trabalho temos como hipótese a submeter a uma reflexão metódica, a seguinte:

O conhecimento da cultura local (comportamentos, atitudes e práticas) dos actores sociais é um factor importante para a definição das estratégias e práticas de desenvolvimento. Posto isto, a mobilização da comunidade com o

único propósito de divulgar os conteúdos dos projectos e a concepção exógena dos mesmos, repercute-se no *ethos* cultural das comunidades e influencia as relações entre os actores sociais intervenientes.

2.1.4 O Projecto Licuáti

O projecto piloto foi formulado em Junho de 1996 para ser implementado por um período de 24 meses. Foi aprovado em Setembro de 1996, e devido ao término do crédito em Dezembro de 1997, o período de implementação foi reduzido para 15 meses. Contudo, devido a atrasos na contratação o projecto iniciou oficialmente só em Fevereiro de 1997, tendo restado apenas 10 meses para a sua implementação. As actividades tiveram início ao mesmo tempo, todavia, os fundos apenas chegaram em Maio de 1997 o que criou de certo modo alguns problemas.

No ano de 1997, quando iniciou o Projecto Licuáti, depois de se constatar que o controle e fiscalização dos recursos florestais e faunísticos desta região pelos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia (SPFFB) era ineficiente, o ministério de tutela, através da Direcção Nacional de Floresta e Fauna Bravia (DNFFB) verificou que havia necessidade de envolver as comunidades rurais no controle e manejo dos recursos florestais.

A estratégia de desenvolvimento do projecto, baseou-se no conhecimento da estrutura da comunidade de Licuáti adquirida através dum levantamento prévio realizado por uma equipe multidisciplinar, e na transferência mútua de conhecimentos sobre o quadro legislativo e de tecnologias adequadas entre os membros da comunidade.

Foi assim que a DNFFB, através da Unidade de Energia de Biomassa (BEU), identificou a necessidade de existência de um projecto piloto no qual a gestão dos recursos fosse feita pela comunidade. Este projecto foi desenhado e implementado pela DNFFB com assistência técnica da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). O projecto piloto foi financiado pelo Banco Mundial(BM).

O Projecto Licuáti compreende uma área de mais de 60 mil hectares no posto administrativo de Matutuine, abrangendo várias comunidades, incluindo Djavula, que é o objecto do presente estudo.

2.1.5 Objectivos do Projecto Licuáti

O projecto teve duas fases importantes. Isto deveu-se ao facto de ter havido constrangimentos de carácter financeiro que provocaram interrupções na fase de implementação no terreno. E tinha como principal objectivo estabelecer o uso racional dos recursos florestais para fins energéticos (lenha e carvão), diversificar as actividades de rendimento na região de modo a reduzir a pressão sobre os recursos florestais, e melhorar o nível de vida da comunidade. Especificamente:

- estabelecer um sistema de manejo sustentável e controle de recursos naturais na área, sob a responsabilidade da comunidade local;
- promover tecnologias mais apropriadas de modo a aumentar a eficiência e produtividade no uso dos recursos naturais, contribuindo desta maneira para o uso mais adequado e sustentável;
- facilitar as ligações de comercialização entre os produtores e os mercados;
- desenvolver mecanismos financeiros incluindo sistemas de crédito para a aquisição de meios de produção.

2.1.6 Contexto do projecto Licuati II²

A segunda fase do projecto Licuáti teve o seu início a 1 de Agosto de 1999 e o seu término a 31 de Agosto de 2001, período no qual se pretendeu consolidar as experiências inovadoras de envolvimento comunitário na gestão dos recursos naturais, em particular o manejo dos recursos florestais.

Durante este período foram realizadas as seguintes actividades:

No que diz respeito ao manejo florestal, fez-se a avaliação do plano de manejo, através de entrevistas com produtores de carvão, visitas às áreas de corte e reuniões

² Esta descrição está contida no relatório final de análise de Gestão de Recursos Naturais e Biodiversidade (GRNB) da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade

de discussão e análise com os produtores. E como resultado aprovou-se o plano de manejo, o licenciamento da produção do carvão e a fiscalização comunitária.

Foi neste período que se fez a recolha dos dados dendrométricos das parcelas permanentes de monitoramento do crescimento florestal. E como resultado, 13 parcelas de crescimento foram reinstaladas e medidas. Estas, constituem as primeiras e únicas parcelas permanentes existentes para medição do crescimento florestal no Sul do país.

Outra importante actividade programada e levada a cabo neste período, foi o apoio técnico aos produtores do carvão, que resultou na revisão das regras de manejo, zoneamento, elaboração participativa do plano de manejo e na participação de um grupo de carvoeiros de Djavula na discussão do regulamento florestal. Foram reactivados os grupos de carvoeiros que resultou na formação de 4 grupos (40 pessoas) em Djavula.

Outra actividade realizada na nossa zona de estudo, foi a implementação de práticas de regeneração florestal. Como resultado, instalaram-se dois viveiros, introduziu-se a planificação participativa, produção de plantas (eucaliptos e fruteiras) e finalmente, a produção de um manual de viveiro. O projecto abrange cerca de 60.000 hectares no distrito de Matutuine.

Capítulo III

3. Quadro teórico

3.1 Algumas linhas de abordagem de desenvolvimento comunitário.

A teoria funcional-estruturalista aborda a comunidade como uma unidade constituída por partes interdependentes que devem colaborar para o equilíbrio do todo. Esta unidade é derivada da existência de um núcleo de valores compartilhados por todos os membros da mesma, os quais originam as pautas sociais moralmente sancionáveis.

A integração nesses trabalhos é postulada como fundamental para a harmonia do sistema, devendo ser assegurada mediante a combinação de diversas funções e papéis atribuídos de uma forma diferenciada a diferentes partes (Van Velsen, 1964)

Em torno da concepção das “funções” e “papéis” encontra-se o conceito participação, em que se coloca que cada indivíduo ou grupo participa mais da sociedade na medida em que desempenha melhor as funções e os papéis que lhe são confiados segundo as regras moralmente aceites. Esta vertente de análise enferma do fato de não permitir observar conflitos das normas e da resultante escolha da acção disponível nos indivíduos (Idem, Ibidem)

Por sua vez, a análise situacional, questiona as antigas suposições de uniformidade e homogeneidade omnipresente nos indivíduos em todas as situações de interacção social.

Shapera (1938) salienta que a cultura não é meramente um sistema de convicções e práticas formais. É essencialmente formada por reacções individuais a um padrão; e realmente, nenhuma cultura jamais poderá ser entendida se a atenção especial não for dedicada as manifestações individuais.

Para estudar a comunidade de Djavula vamos usar a análise situacional. Esta adequa-se ao nosso estudo pelo facto de defender que os indivíduos não só cumprem ou

vivem em função dos valores e das normas preestabelecidas pois, em cada momento e cenário adoptam estratégias que vão de encontro aos seus interesses.

3.2 Quadro conceptual

Para Sardan (1990) o **desenvolvimento** é uma realidade. Existe desenvolvimento desde que existam “desenvolvedores” (ocidentais ou nacionais, institucionais ou ONGs), desde que intervenções voluntaristas de origem exterior a um determinado meio visem transformar em parte este determinado meio, geralmente através da introdução de certos comportamentos económicos(e pelo menos indirectamente, não económicos).

Porém, John Friedmann (1996) apesar de não apelar a ruptura com o modelo dominante, por considerar o crescimento económico algo importante para a economia mundial, propõe um “desenvolvimento alternativo” que passa pela humanização e tem em conta a iniciativa dos indivíduos, das famílias, das comunidades e de todos os sectores excluídos pelo paradigma de crescimento económico.

Esta vertente de desenvolvimento privilegia uma metodologia que tenha em conta a economia local, os sujeitos locais ou seja, um desenvolvimento que tem no homem o seu principio e fim, além de preconizar a tomada de consciência dos indivíduos afim de poderem participar como sujeitos na elaboração dos seus programas de desenvolvimento.

Enquanto que para Yañez Casal (1996), o desenvolvimento não é mais do que um processo que permite as sociedades construir a sua história de mudança sem bloqueio, invocação e perda de diferença . O mesmo autor sublinha que a compreensão do económico nas sociedades africanas passa pela interpretação das relações de parentesco, práticas simbólicas e sociais.

Optamos por usar estas duas últimas vertentés (Friedmann e Casal) porque ao analisar a comunidade, estaremos a estudar o homem numa sociedade específica inserido num sistema de valores.

O desenvolvimento como relação tornou-se cada vez mais, objecto do estudo da Antropologia moderna. Assim, o desenvolvimento como relação pressupõe necessariamente o aparecimento de situações conflituosas³ entre tradições.

E, ao falarmos de tradições, estamos também a falar de *ethos* cultural. Na literatura em língua portuguesa esta palavra grega é utilizada pelo seu equivalente “ética” e significa costume ou hábito, ou seja, a interioridade dos homens. Fala-se de *ethos* para mostrar a importância da cultura, da tradição e da história, na configuração das forças e das relações sociais numa dada sociedade (Matsinhe, 1999).

Segundo Blackburn (1997) “quando se fala de ética em termos de ambiente, é o mesmo que falar dos problemas suscitados pelas necessidades humanas : a obtenção da felicidade ou a distribuição dos bens. Quando se pensa especificamente acerca do meio ambiente, o problema central consiste na atribuição de valor independente a coisas como a preservação das espécies ou a protecção da vida selvagem. Esta protecção pode ser defendida como um meio para garantir os fins humanos habituais, encarando os animais, por exemplo, como uma fonte futura de medicamentos ou de outros benefícios.

3.2.1 Participação

A participação tem a ver com o envolvimento dos indivíduos nas actividades económicas e sociais. Souza (1987) realça que participar é o mesmo que estimular-se para assumir um conjunto de valores de modernidade, incorporando o quotidiano das acções colectivas. Para esta autora, a participação é mais do que o exercício colectivo na tomada de decisões de acções definidas e implementadas pela população e de articulação de forças sociais comuns dentro e fora da comunidade.

Para Valá (1998), participação comunitária “*é um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas; mobilizam recursos para a realização de intervenções de desenvolvimento*”

Na mesma senda, Mammo (1999) define a participação como *“a criação de oportunidade pela qual os membros de uma comunidade ou sociedade contribuem e influenciam o seu processo de desenvolvimento”*. A participação como estratégia de desenvolvimento, diz o mesmo autor, *“significa incorporação e uso de conhecimentos locais prevaletentes num país, para transformar as populações locais de passivos recipientes para produtores activos”*.

Será neste vertente que se inclinará o presente estudo. A participação é formal quando, por exemplo, é organizada pelo Estado e ocorre normalmente no cumprimento dos deveres gerais de cidadania, tais como nos momentos de votação, serviço militar, pagamento de impostos e outros; essa participação formal pode ser passiva ou activa. Designa-se participação informal quando é espontânea ou voluntária e organizada pela própria população nas decisões do seu interesse.

Citado por Matsinhe (1999), Majid Rahnema diz que a noção de participação *“implica um conhecimento mais estreito da realidade no terreno, que técnicos estrangeiros e burocratas governamentais geralmente não detêm; um conhecimento mais profundo das redes de relações que são indispensáveis para o sucesso dos projectos de desenvolvimento a longo termo; assim como dos esquemas de (co)operação locais que representariam as infra-estruturas através das quais qualquer investimento deveria ser feito”*.

A participação comunitária activa é resultado de relações que envolvem espontaneidade nas acções como também a solidariedade e cooperação entre os indivíduos. Pode também ser resultado de um processo de mobilização, conscientização, educação por indivíduos internos da comunidade, ou pode ser ainda que todos ou a maior parte das pessoas num determinado lugar se juntem num espírito cooperativo e colaborem voluntariamente para construir alguma coisa (Manor,1998).

³ Nguenha, Severino, “O retorno do Bom Selvagem” Edições Salesianas (1992)

3.2.3 Redes Sociais

Segundo Nadel (1957) *"o termo rede é equivalente a sistema pois é abstraindo a partir da população concreta e dos seu comportamento, o padrão ou rede ou sistema de relações existentes entre actores no desempenho dos seus papéis que se chega a estrutura social"*.

Todavia Boissevan (1974) diz que *"ao invés de encarar um homem como membro de grupos e complexos institucionais passivamente obedecendo às suas normas e pressões é importante considerá-lo como empreendedor que trata de manipular normas e relações sociais para o seu próprio proveito psicológico social é a rede de relações na qual uma pessoa nasce e que constrói, que tenta manipular e através da qual é manipulada. Esta rede não é somente a fonte dos seus problemas sociais; também fornece matéria prima com o qual deve resolver os seus problemas"*.

As redes sociais constituem assim um capital social que pode ser definido em função das relações de reciprocidade existentes na sociedade, baseadas em laços sociais onde factores como sexo, idade, religião e posição social dos seus membros, definem as hierarquias e as relações de poder, e onde as normas vigentes e a confiança facilitam a cooperação para benefício mútuo (Loforte 1996; Lourenço-Lindell, 1988; Andrade et alli 1998).

Incorporando a análise situacional de Velsen (1964), Boissevan observa ainda que *"se eu sugeri tratar os indivíduos em interações primordialmente como empreendedores com interesses próprios e não como objectos anónimos da pressão de grupos e da sociedade, devo esclarecer que não estou postulando uma polaridade entre individuo e grupo ou sociedade e optando pelo primeiro. Estou sugerindo que configurações sociais, tais como coalizões, grupos, instituições e sociedades, devem ser vistas como redes de escolhas pessoais competindo por recursos escassos valiosos"*

As redes de solidariedade são uma das diversas manifestações das redes sociais.

Para João Arriscado Nunes (1995) as solidariedade são configurações de relações correspondentes ao nível primário de apropriação social do mundo e de constituição

da identidade, que incluem redes de parentesco, co-residência, comensalidade e vizinhança accionáveis em situações de necessidade para apoiar material ou moralmente aqueles que são reconhecidos como membros dessas redes .

Elas correspondem a configurações de sentido, que permitem aos seus membros reconhecer a sua posição na sociedade e os direitos e deveres que a ela estão associados. As redes primárias de solidariedade são internamente diferenciadas e hierarquizadas, com base no sexo, na idade, na geração e no grau de inclusão na rede (associado ao lugar de residência) dos seus membros.

A ancoragem visível dos mundos das solidariedades primárias - como as casas - permite estabelecer um conjunto de dimensões identificáveis pelos membros, que possibilitam a estes reconhecer, para além da variabilidade das situações, as características comuns de relações e de sequência de acções, referenciadas a um núcleo duro comum de relações resistentes e mais ou menos estáveis entre pessoas, espaços e objectos.

É difícil reconhecer a dinâmica social local a partir de categorias de classificação, sem referência aos vínculos entre pessoas, lugares e acontecimentos particulares, e à história desses vínculos- ou, mais precisamente, à memória desse vínculos.

Comunidade é um conceito polissémico e por isso tem animado muitas discussões na literatura académica. Citado por Braga da Cruz (1989), Ferdinand Tonnies, diz que *"comunidade deve ser vista como parte integrante da sociedade. Ela é sociedade no sentido lato, pela sua natureza privada mas está sempre em relação intrínseca com o público"*

Seguindo o pensamento weberiano, Boudon e Bourricaud (1993) a partir do critério de racionalização salientam que a comunidade é uma comunalização, isto é, uma relação social que resulta de ligações emocionais ou tradicionais dos seus participantes. A comunidade só existe com propriedades de comunalização quando se verificam interesses interpessoais que implicam laços consagrados num sistema interdependente. Para estes autores, a família é usada como protótipo de comunidade

porque consiste numa unidade não apenas de reprodução, lar, consumo e transmissão de património, mas também de solidariedade.

Diferentemente desta visão, Turner (1969), Bernardi (1974) e Calhoun (1980) definem comunidade como resultado da estrutura social ou cultura. Turner define comunidade como um complexo coordenado e ordenado à fins específicos que implicam estabilidade na estrutura, a cultura sobrepõe-se ao indivíduo tornando-se um bem comum. Bernardi (1974) define a comunidade como património hereditário, como algo que tem a ver com a participação de todos os membros.

Calhoun (1980:109), vê a comunidade como variável dependente da estrutura social, ou seja *“ a dimensão experimental da “comunidade” depende da dimensão estrutural, o sentimento de pertença a uma comunidade, ou seja, fundamenta-se directamente nas relações sociais específicas...”*

Segundo Chichava (1999), ela pode ser uma aldeia ou bairro, uma tribo, um município, uma empresa industrial, um Estado- Nação.

Para o presente trabalho importa salientar que a comunidade só existe num determinado cenário onde decorrem relações sociais que implicam solidariedade⁴ entre os seus membros no decorrer das suas actividades económicas, nos rituais familiares, na vizinhança e outras.

Frankenberg (1966) fazendo a síntese de numerosos estudos sobre comunidades diferentes nas Ilhas Britânicas destacou o seguinte:

“Comunidade implica o ter qualquer coisa em comum. No uso primitivo da palavra significa ter bens em comum. Os que vivem numa comunidade têm interesses económicos prevaletentes que são os mesmos ou são complementares. Trabalham juntos e também se divertem e rezam juntos. O seu interesse comum em coisas dá-lhes um interesse comum uns pelos outros. Têm questões uns com os outros, mas nunca são indiferentes uns aos outros. Formam um grupo de pessoas que se encontram frequentemente cara a cara, embora isto possa significar que acabem por

⁴ A solidariedade é entendida como acção voluntária e recíproca entre indivíduos diferentemente condicionados a qualquer situação. A reciprocidade é entendida como algo de carácter voluntário

estar de costas voltadas uns para os outros. Que as pessoas numa tal área de vida social voltem as costas uma às outras não é acidente. Numa comunidade até o

conflito pode ser uma forma de cooperação(...). A comunidade não pode ser descrita como uma forma simples de sociedade. A sua economia é simples, mas isto mesmo gera complexidade na vida social”

Para o presente trabalho importa o conceito de comunidade com que trabalhamos. Dissemos que Djavula é uma comunidade por que vimos que se trata dum espaço geográfico onde vivem pessoas que comungam dos mesmos objectivos, crenças, aspirações, reconhecimento, consciência de unidade e sentimento de pertença baseado pelo princípio de identidade comum assente no parentesco Tembe, etnia Ronga e religiosidade (Igrejas Velhos Apóstolos e Zione).

Capítulo IV

4.1 Metodologia

Vários procedimentos foram usados na realização deste trabalho. Através da revisão bibliográfica de obras que abordam questões de interação social incluindo os conceitos de redes sociais, comunidade e desenvolvimento procuramos as pistas para a reflexão e instrumentos teóricos válidos para o estudo.

Depois da revisão bibliográfica, elaboramos o guião de perguntas, nosso instrumento de colecta de dados no terreno. Recebemos a bolsa de Licenciatura do NET o que nos facilitou a realização das visitas exploratórias ao terreno.

Nestas visitas priorizamos a nossa presença nos locais de produção agrícola e fomos visitar vários carvoeiros nos seus locais de produção. Passamos algumas tardes na “zona industrial” e conversámos informalmente com várias pessoas sobre assuntos que interessavam ao nosso estudo.

No trabalho de campo utilizamos como técnica a entrevista semi-directiva que nos permitiu estabelecer previamente um guião (ver anexo) com perguntas abertas e flexíveis que submetemos aos nossos entrevistados em conversa amigável e tanto quanto possível informal. Estas perguntas serviram-nos para encaminhar a atenção dos entrevistados para as áreas consideradas pertinentes e sobre as quais era necessário obter informações.

Este processo foi-nos possível através da “penetração nas arenas comunitárias”⁵

⁵ Este termo emprestamo-lo a Fernando Florêncio, antropólogo português, e significa vivenciar os diferentes cenários da vida social. No nosso caso queremos nos referir aos *muti* que visitamos, ao espaço “industrial” onde se fazem e tomam as bebidas tradicionais, aos locais onde estão instalados os diversos fornos de fabrico de carvão e aos espaços de corte de lenha.

A amostra foi constituída por 22 pessoas entre intervenientes directos do projecto, técnicos, populares e notáveis. Incluímos os notáveis, na qualidades de informadores privilegiados, porque para além de desempenharem o papel de informadores directos sobre atitudes, valores, procedimentos e interacções existentes num determinado contexto social, podem influenciar igualmente como informadores indirectos.

Designamos notáveis aquelas pessoas que pela sua posição social, idade e prestígio têm sido fonte importante nestas e outras ocasiões. Aqui incluímos o régulo, os *n'duna* e suas esposas, o cantineiro, a senhora do posto de saúde. Aliamos a investigação a preceitos éticos explicando aos nossos entrevistados os objectivos do nosso estudo.

Capítulo V

5.1 Análise dos dados empíricos

Neste capítulo, vamos apresentar e analisar os dados da pesquisa partindo dos materiais colhidos no terreno. O objectivo é submeter a hipótese a um teste empírico. Para tal tomaremos em consideração sete unidades, nomeadamente:

1. Organização social da comunidade.
2. A vida política, destacando o papel do régulo e outros líderes comunitários na mobilização da comunidade.
3. Passaremos em revista alguns mitos na preservação dos recursos naturais.
4. Aspectos relevantes da organização económica.
5. O parentesco como matriz das redes sociais
6. O maneo comunitário dos recursos naturais.
7. Algumas considerações importantes nesta fase de pesquisa.

5.1.2 Organização Social

A população de Djavula fala um *Xironga* específico, conhecido por *Xidzinguire*. As migrações e os contactos com vários povos da região tiveram como consequência a aprendizagem e uso de outras línguas como o Zulu, Inglês e Swati.

Pelo que podemos constatar no terreno, é uma zona povoada por grupos domésticos patrilineares e patrilocais, constituídos por homens da mesma linhagem, pelas esposas e respectivos filhos. Designamo-los assim pois constituem unidades de base de habitação, de produção e de consumo. Cada um destes grupos é chamado "*muti*"; este termo aplica-se também para referenciar o espaço habitado pelo grupo.

O casamento estabelece uma troca de serviços entre os grupos em que o *lobolo* tendo como fundamento económico e moral estabiliza o matrimónio, tornando o marido e o seu grupo responsáveis pela manutenção da mulher. Há muitos homens polígamos e, neste caso o *muti* é subdividido em núcleos matricêntricos compostos por cada uma das esposas e seus filhos. Apesar de se notar uma certa diferenciação em termos de construção o *muti* (casa) é ainda de tendência circular ou oval.

Não existem descrições relevantes sobre a evolução da composição e estruturação das formas de família e mais recentemente de como a guerra e a crises naturais (secas e cheias) e económica provocaram novas conformidades e geraram alterações na constituição e sua vivência de espaço social de família. Por isso, nesta fase de trabalho optámos por orientar a pesquisa de campo pelo conhecimento da realidade, que vai constituindo e testando os modelos teóricos.

5.1.3 Organização Política

Como acontece em muitas sociedades africanas similares, em Djavula é difícil separar o lugar do político da função ritual (tradicional). O régulo é o chefe do executivo, o juiz supremo e chefe supremo do ritual. Sucede-lhe o filho mais velho, num sistema hereditário.

O *n'duna* é o chefe da zona onde vive (*tiko*). Desempenha o papel de auxiliar , informando ao régulo tudo o que se passa na sua zona residencial. O *n'duna* tem como auxiliares os *maphoissa*, que são pessoas confiadas pela autoridade tradicional local que funcionam como um “corpo policial”. Cabe a estes a garantia da manutenção da ordem e do cumprimento das decisões tomadas pelas autoridades. A importância dos *maphoissa* nos dias de hoje tem a ver com a ausência da autoridade policial nesta zona.

O simbólico, definido como uma relação de semelhança entre o significante (forma) e o significado (conteúdo), assegura a gestão e socialização das relações do dia-a-dia. É por isso que os grandes rituais são orientados pelo régulo. É a ele que compete resolver ou reunir o “tribunal ”para resolver as *kingas*, problemas.

O tribunal tradicional é composto pelo régulo, os chefes dos clãs mais antigas os (*Gumende, Tembe, M'boissa, Tchemben, Mafumo. N'dlandla e N'guenha*). Em casos extremos têm participado neste os notáveis da zona. Segundo os nossos entrevistados, os conflitos mais frequentes são: problemas ligados à terra, conflitos com forasteiros, localmente conhecidos por “*ninjas*”, adultério e feitiçaria. Estes problemas são resolvidos no “comité”, lugar onde a sombra de canhoeiro são

auscultados os vários problemas e tomadas decisões pelo conselho comunitário, constituído pelo régulo e os respectivos chefes locais, "*n'duna*" e os "*maphoissa*".

Os *maphoissa* são jovens que têm como função manter a ordem caso seja necessário, daí a sua presença nas sessões do tribunal. São formas de prevenção de conflitos os encontros regulares de auscultação do desenrolar da vida da comunidade as 5^a feiras no período de tarde no pátio em frente a cantina do senhor M'botela.

Os problemas mais delicados são levados ao "comité". Estes encontros prolongam-se até a noite e continuam a volta da fogueira. No mesmo espaço, finda a sessão, passa-se para momentos de festejos onde as pessoas demonstram a sua alegria através de danças e canções. Os problemas ligados a terra e feitiçaria têm tido como principal sentença a expulsão dos culpados da comunidade pelo "comité". Chegado a esse ponto, o expulso está proibido de voltar as terras de Djavula.

Na resolução de conflitos compete a autoridade tradicional, o régulo e seus auxiliares, sentenciar os casos. E, é por isso que depois da proposta do "comité" é o régulo que dá a ordem de expulsão àqueles que ameaçarem o equilíbrio social através das práticas de feitiço.

As esposas do régulo, do *n'duna* e do *maphoissa* assim como os homens e mulheres idosos, e os curandeiros gozam de respeito e prestígio na comunidade. Nesta comunidade, encontramos uma enfermeira⁵ aposentada com muita influência. Trata-se da esposa do único cantineiro local, que em tempos aliou a sua profissão com a de professora. É uma das principais colaboradoras do régulo, influenciando-o grandemente nas suas decisões em vários assuntos da vida da comunidade sobretudo no atinente às questões económicas e sociais relacionadas com os vários projectos que ali se desenvolvem.

A influência desta enfermeira é mais notável nos aspectos sociais e económicos pois, ela é vista como detentora de um capital simbólico (ligado a sua formação) importante para a comunidade. Soubemos que ela é uma das pessoas mais

⁵ Trata-se da senhora Agira. Conhecêmo-la há quatro anos quando trabalhávamos na instalação de um projecto chamado PPCS.

contactadas pelos diversos responsáveis de projectos que por ali passam. Foi ela por exemplo que treinou as senhoras que trabalham no centro de saúde e na farmácia do PPCS. Muitas vezes tem servido de mediadora na resolução de problemas entre a população e o Projecto VIDA e tem sido elo de contacto com as entidades oficiais na Cidade de Maputo

5.1.4 Mitos e ritos na preservação dos recursos florestais

Há consciência de preservação de recursos florestais Não é por acaso que a maior densidade de árvores se situa juntos dos túmulos. Henri Junod (1974) designou estes lugares por “florestas sagradas” porque eram e são espaços reservados unicamente à realização de cultos religiosos. Mencionamos Junod porque no seu livro “Usos e Costumes dos Banto” dedicou parte considerável ao estudo das peculiaridades e rituais dos Tsongas da qual fazem parte as populações da comunidade em estudo.

Estas florestas sagradas ainda hoje conservadas, simbolizam o esforço da comunidade em preservar para os seus antepassados um lugar onde a natureza e a sua força se mantenham intactas. É nestes *magandzelwene*, altares, onde se invocam os espíritos dos antepassados (*kuphahla*).

Como acontece em todo o distrito de Matutuine, vimos bosques, matas quase impenetráveis onde estão localizados os cemitérios, chamados localmente por *n'timo*. A semelhança do que acontece na zona do *gandzelo*, estas matas são tabu que é uma ordem restritiva, uma proibição gerada pela ameaça de castigo sobrenatural por qualquer violação. Não é permitido apanhar lenha, nem cortar árvores, nem deixar os incêndios do mato penetrar nelas.

Seguindo os preceitos tradicionais, anualmente, a população faz rituais no local onde se encontram os restos mortais do seu primeiro régulo. Todas as pessoas com quem dialogamos, entre os notáveis e a população em geral, fizeram-nos perceber que há um grande sentimento de respeito pela figura real cujos restos mortais se encontram em Licuáti. Uma das razões é dado pelo facto de se tratar de um dos antepassados do actual régulo, Meniasse do qual é descendente directo. Como dissemos

anteriormente (ver página 4) Djavula é nome do primeiro régulo e teve como filho Jolovane que é pai do actual régulo Meniasse Tembe.

Aqui, realizam-se as cerimónias centrais de Ukany, dirigidos pelo régulo e outros notáveis locais. Nelas participam todos os membros da comunidade e consistem na adoração aos defuntos e de pedidos de vária natureza. As cerimónias religiosas têm por fim único benefícios materiais relativos a vida terrestre, a saber: a abundância, a saúde, a paz e um sono imperturbado.

Há dois tipos de *n'timo*: os do grupo do régulo e o dos outros grupos em geral. O *n'timo* do régulo é feito no *mutso*, mato. É neste espaço onde se depositam os corpos da família real e é o local onde se situa o grande *gandzelo*. Segundo os locais, antigamente os régulos, acompanhados por *n'duna*, pelos *maphoissas* e elementos da população dirigiam-se ao *gandzelo* para fazer cerimónias que muitas vezes acabavam com sacrifício de vidas humanas pois alguém tinha que desaparecer. Diziam que a pessoa "desapareceu" porque foi chamada pelos espíritos. Fazia-se a festa e geralmente chovia à saída, no fim da cerimónia. Este acontecimento era ligado a força dos espíritos.

Como agricultores, pastores, caçadores e recolectores, os Tsonga possuem uma relação íntima e peculiar com o terreno, criando a paisagem onde habitam. Conhecem-se todos os habitantes, físicos ou espirituais. A riqueza deste conhecimento da paisagem é acentuada pelos mitos, canções e provérbios existentes na zona (Meneses, 1986).

Numa conversa com o Docodela Tembe⁶, pastor e responsável da Igreja Velhos Apóstolos, soubemos que aqueles que não pertencem ao *ndangu*, a linhagem⁷, não têm direito de assistir as cerimónias dos antepassado e, só em casos bem explicados é que se lhes oferece terra para o cultivo ou espaço para o fabrico de carvão

⁶ Numa entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2002

⁷ Quando a descendência é directa de um antepassado comum conhecido por todos

5.1.5 Organização económica

Para a comunidade local a floresta é um recurso natural de valor inestimável. É nela onde se encontra a principal fonte de energia, o material para a construção de casas de habitação, currais, para além do consumo dos seus frutos que são uma componente importante da sua dieta alimentar. O régulo e os seus auxiliares são os reguladores do uso da terra. O usufruário não pode vendê-la se a abandonar. A posse é hereditária⁸.

Em Djavula, o grupo doméstico é a base da organização social e económica. A terra é propriedade da comunidade. Os grupos domésticos são caracterizados por uma divisão sexual de trabalho. Nas estratégias de sobrevivência do *muti*, além de garantir a produção agrícola, à mulher é reservado o trabalho doméstico. Os homens, apesar de participarem nas actividades agrícolas, dedicam-se prioritariamente às actividades exteriores ao espaço do *muti*, nomeadamente, ao trabalho assalariado, criação de gado, pesca e outrora guerra. Nestas terras vimos muitos homens conduzindo gado enquanto as mulheres trabalham com enxada ou semeiam a mão, por vezes na companhia dos filhos e filhas. Apesar da existência desta divisão, muitos homens idosos, reformados ou impossibilitados de sair para as minas, desenvolvem actividades agrícolas.

A guerra civil e a migração para os centros urbanos e para os países vizinhos contribuíram para o surgimento de algumas alterações na vida dos grupos domésticos locais.

A primeira grande vertente de migração consiste no emprego nas minas e fornece coesão dos grupos domésticos em termos de sustento. Sem embargo, a saída de muitos membros dos grupos para as cidades e vilas fez com que estes acabassem por se fixar nas zonas urbanas, deixando de se guiar pelas regras e decisões do grupo central.

A guerra terminada em 1992, e que teve muita incidência no campo, criou um exército de refugiados dentro e fora do país o que provocou sérias mudanças na composição do *muti* e nas estratégias de parentesco.

A terra é dividida em zonas, *tiko* à frente das quais está um chefe que as pode ainda dividir em sub-zonas, sempre com a presença de um responsável. O mato pode considerar-se um latifúndio comunitário onde todos podem cortar lenha, apanhar frutos, deixar o gado a pastar, etc.

A subsistência é a base de agricultura e a cultura principal é o milho, vindo depois o amendoim, o feijão, a batata-doce, a mapira, as abóboras e melancias⁹. A agricultura baseia-se na prática de abate de árvores e queimada e, cada *muti* desmata e queima uma área aproximada a 2 hectares. Na zona de Djavula as terras aráveis situam-se perto do *m'phula*, nascente, e é aí onde a maior parte da população desenvolve esta actividade.

A economia local assenta em três pilares: A agricultura, onde participam homens, mulheres e crianças; o fabrico de carvão, com maior frequência de homens e o trabalho migratório, que é dominado pelos homens. A produção agrícola fornece a alimentação de subsistência. O fabrico de carvão permite obter algum valor em numerário para ajudar nas despesas alimentares. O trabalho migratório era feito e ainda é feito na África do Sul e na Swazilândia.

A produção agrícola ombreia com o a criação de gado. Na conversa que tivemos com o senhor Albano de Castro¹⁰, proprietário da única loja existente na zona soubemos que :

"Durante o período colonial havia muitas manadas de gado que nas manhãs povoavam as matas e pastavam. Houve um período que Djavula fornecia leite e carne que se consumia na então cidade de Lourenço Marques. A guerra forçou a fuga de muitos moradores desta zona para África do Sul e Swazilândia e tomou de assalto as manadas que aqui se criavam"

⁹Entrevista com Catarina N'guenha, 21 de Janeiro de 2002

¹⁰ Esta conversa teve como cenário a loja e discutimos entre outras coisas, a falta de outros operadores comerciais na região. 22 de Janeiro de 2002

Ainda hoje, a população local dedica-se à criação, sobretudo, de gado bovino e caprino, fruto do fomento pecuário desenvolvido pelo governo e de aquisição nos países vizinhos sobretudo na vizinha Swazilândia, e de aves, galinhas e patos¹¹.

Outra actividade importante para economia local é o fabrico de carvão- assunto que pela sua importância merecerá um tratamento especial. Aproveitam muitos frutos e ervas espontâneas, *n'kakana*, *guche*, e outras bem como os produtos da pesca.

Ainda na esfera económica, encontramos pessoas que se dedicam a comercialização da lenha, sura e utchema (bebidas tradicionais de fabrico local). Esta vertente económica está directamente ligada a abundância de recursos florestais na zona. Os ganhos obtidos nestas actividades servem de reforço a economia familiar e são usados para aumentar o stock de alimentos, comprar vestuário e pagar a escola dos filhos. As bebidas são vendidas nas casas e na chamada “zona industrial” e a lenha é concentrada ao longo dos caminhos que dão acesso a comunidade.

Apesar das medidas tomadas pelo governo central, devido ao crescente aumento de caçadores furtivos vindos de várias regiões do país e do estrangeiro, a população local ainda pratica a caça para o seu consumo.

O mau estado das vias de acesso e a falta de uma rede de transportes tanto de passageiros como de mercadorias constituem o “calcanhar de Aquiles” da actividade económica desta região. Estes dois factores basilares para a economia de qualquer região é que fazem com que esta zona continue esquecida e na letargia e isto alia-se ao facto de serem também os mesmos factores que inibem o aparecimento de outro tipo de investimentos.

5.1.6 O Parentesco como matriz das Redes de Solidariedade

A abordagem das relações é uma questão complexa. Loforte (1996) diz a propósito disso que “algumas dessas relações estruturam-se, também em redes sociais de parentes aliados, vizinhos e associação, com finalidades múltiplas e fundadas sobre

¹¹ Conversa com o Pastor Muchonisse Mafumo, o Sr. Muchali, o Sr Ganda-ganda e o Sr Judas N'guenha, no dia 22 de Janeiro de 2002

é que assume o lugar de comando em relação as mais novas: ela gere a economia familiar, distribui tarefas pelas outras esposas e situa-se em primeiro lugar junto do marido por ocasião dos rituais .

Por falta de possibilidade de continuidade no ensino secundário, depois do EP1, muitos jovens casam-se e cedo emigram para os países vizinhos. São estes aliados ou *siwhale* que resolvem parte dos problemas económicos das unidades domésticas e são catalisadores da circulação monetária na comunidade.

A floresta ocupa a maior percentagem desta região. Espalhadas estão as zonas onde a população faz as suas machambas. Para além da actividade agro-pecuária, Djavula nunca tinha conhecido outro tipo de empreendimentos desde o período colonial. Para os jovens a solução mais próxima foi sempre viajar para as minas do *Rand*, prestar serviços na Swazilândia ou ir trabalhar no grande Maputo.

"Sempre rezei para que alguém se lembrasse de nós. Acho que seria melhor se trouxessem escolas de formação profissional. Veja que temos muita madeira mas não fazemos nada com ela se não queimar para fazer carvão. Temos espaços para pastagem mas não temos gado. Meu filho vai lá dizer isso aos responsáveis lá em Maputo!¹²".

Entre as várias funções tidas como importantes nas mulheres está a reprodução doméstica: são elas que dedicam maior parte do seu tempo às famílias, visitando-as e servindo de intermediários de troca de favores e de serviços entre parentes. No dia-a-dia do seu trabalho relacionam-se com outras mulheres reactivando entre as suas conversa as suas relações e evitando sempre que possível algumas *n'kingas* (problemas).

Faz-se o *Tsima*, que é um tipo de solidariedade tradicional em áreas rurais e tem por objecto tarefas que exigem maior volume de trabalho envolvendo membros de vários grupos para trabalhos agrícolas como sacha, destronca de árvores nas machambas e colheita, e outras como construção de casas ou celeiros. Esta actividade é mais

¹² Entrevista como o Sr. Venâncio Tembe, primo do Régulo Meniasse. 17 de Fevereiro de 2002

observância de um conjunto de regras e convenções”. E acrescenta: “é no seio destas redes que as unidades domésticas procuram o acesso e controle de recursos”

Nesta comunidade existem redes sociais de protecção baseadas no parentesco e, pelo que vimos são mecanismos sociais de sobrevivência num meio severo com recursos escassos. Estas redes têm uma estrutura de funcionamento onde cada interveniente recebe ou oferece ajuda de acordo a situação em que se encontra, seja sob forma de alimentação, saúde, vestuário, abrigo e oportunidades de varia ordem. Existe uma associação comunitária que reúne as populações uma vez por semana, para discussão e resolução de problemas de carácter social, como por exemplo, a construção de casas para professores, limpeza e ornamentação da escola, abertura de estradas, etc.

No nosso estudo atemo-nos aos aspectos referentes as estratégias económicas e sociais e a forma como utilizando as redes de parentesco, vizinhança e associações (igrejas) se podem otimizar alternativas de sobrevivência e de continuidade ou reprodução das unidades domésticas. No nosso local de estudo, Djavula observamos que apesar de existirem constrangimentos de vária ordem, com maior saliência as de carácter económico, algumas unidades domésticas visitadas são numerosas devido a existência de poligamia.

Um dos nossos entrevistados, o senhor William Tembe, tem três esposas e conta actualmente com mais de 20 filhos. E é com base nesta numerosa população do *muti* que estrategiza as formas de sobrevivência. Uma das chaves mais usuais de resolução de problemas ou desequilíbrios tem consistido na circulação de bens de ajuda entre aliados (sogro/genro) e vizinhos. Esta ajuda consiste na oferta de valores monetários, alimentos ou auxílio na produção agrícola e na construção.

Um elevado número de esposas é sinónimo de mais filhos, de prestígio e de prosperidade para as famílias com maiores meios económicos Loforte(1996). A mesma autora diz que “*elas contribuem com a sua força de trabalho para a realização das actividades das unidades domésticas*”.

Em Djavula, nas famílias poligâmicas, as co-esposas estão hierarquizadas pela sucessão de gerações e ordem de casamento. A *nkosikase*, geralmente a mais velha

frequente no tempo da preparação das terras para a sementeira e no tempo da colheita mas é frequente estar ligada a renovação das casas e outras actividades ligadas a floresta. É recompensada através de produtos alimentares ou bebidas tradicionais.

Através das Igrejas desenvolve-se uma rede de solidariedade significativa entre os grupos, particularmente entre as mulheres

No caso de Djavula há forte adesão das pessoas as Igrejas Zione e Velhos Apóstolos, ambas sincréticas (mistura de doutrinas). Segundo os nossos entrevistados esta adesão deve-se ao facto de verem nelas a forma de solucionarem os seus problemas de ordem material e espiritual residindo aqui a relação entre parentesco e igreja. No geral, verifica-se uma coabitação entre o sincretismo religioso, o curandeirismo, a possessão e o exorcismo.

Pelo que vimos, a solidariedade masculina, a densidade da rede e a segregação conjugal são directamente proporcionais a mobilidade geográfica e a mobilidade populacional primeira manifesta-se pelo facto de muitas vezes serem homens ou mulheres da mesma família a dedicarem-se ao trabalho migratório optimizando o seu tempo e os seus ganhos. Vimos também que redes familiares menos densas tendem a aproximar-se como forma de facilitar a entreaajuda.

No passado recente (período do conflito armado), as variáveis acima mencionadas foram accionadas sobretudo no período que se seguiu as hostilidades. Em Matutuine em geral e na nossa comunidade de estudo em particular, para os recém regressados as redes sociais de parentesco e alianças serviram de bengalas de sobrevivência social e económica durante o difícil momento de reinserção laboral e residencial. Foi através das redes de parentesco que a maioria dos imigrantes obteve a primeira ajuda em termos de alojamento e alimentação o que mais tarde permitiu o seu envolvimento na esfera económica: agricultura, corte de lenha e fabrico de carvão.

Adams (1967) contribui com a importante concepção segundo a qual as propriedades básicas do parentesco são a preocupação e obrigação expressas na ajuda mútua e nas

cerimónias e ao passo que a propriedade básica da amizade é o consenso (interesses compartilhados que se manifestam nas actividades sociais voluntárias).

Apesar de ser uma zona rural, no quotidiano, o chamado "espaço industrial" de Djavula, composto por variadíssimos lugares de fabrico de bebidas, sobretudo de seiva de palma, mais conhecido por *uchema* servem de centros de reuniões dominadas principalmente por homens¹³ ..

5.1.7 A problemática do manejo comunitário dos recursos naturais

A floresta tem uma importância capital nesta comunidade. Segundo Ana Almeida (1992), "*floresta é uma população arbórea que cobre uma vasta extensão de terreno. De uma maneira mais simplista pode-se defini-la como uma comunidade de árvores*". Desde sempre a floresta forneceu ao homem madeira para abrigo e outros fins, combustível, alimentos (directamente pela colheita ou indirectamente como constituinte de reservas de terras para a agricultura) e, hoje mais do que nunca, o seu contributo no rendimento considerável quer pela criação de empregos, quer pelas vendas de produtos

É nela onde se situa a grande galeria dos seus "deuses" Tembe. Nela está o *gandzelo* a partir do qual se comunicam com os mortos suplicando ajuda em chuva, paz e concórdia, e boa safra. É nela que se baseia a dinâmica social local que é difícil reconhecê-la a partir de categorias de classificação, sem referência aos vínculos entre pessoas, lugares e acontecimentos particulares, e a história desses vínculos ou, mais precisamente, à memória desses vínculos (Cabral, 1991).

A floresta é mais do que um potencial agrícola, ela é o local da recolha de frutos, de prática de caça, de obtenção de madeira para a construção de casas, de vedações, de instrumentos, da recolha de plantas medicinais e muitos mais (Meneses 1999:14) ..

A variedade de produtos que a floresta é capaz de fornecer à população e, em particular à comunidade rural, fazem dela um elemento essencial do desenvolvimento sócio económico. Cerca da metade da população mundial tem

como única fonte a energia da madeira. Com efeito, 59 % da produção florestal anual no mundo é consumida sob forma de lenha e/ou carvão e, em África, 80% da produção da madeira é utilizada como combustível (Maria de Sá Almeida, 1992).

A vegetação da área ao redor da Reserva Florestal de Licuáti é constituída por um mosaico de espécies de Acacia-Atrychnos-Termalia sp, com ocorrência de espécies madeiras valiosas como a Afzelia quanzesis (chanfuta), Balantes maughamii (fomozi) e Spirostachys africana (sândalo) Segundo os consultores¹⁴ do Projecto só as espécies de 4ª classe podem ser usadas para o fabrico de carvão. Estas compreendem: Acácia nilotica (Xihoho), Cobretum apiculatum (Chicuisse), Dchrostachys cinerea (Dzenga), Margarita discodea (Chire), Mystroxylon aethiopicum (Critamusi e Manilkara sansibirensis (Nambu)

5.1.8 Sobre as queimadas

A queimada pode ser entendida ou como uma simples combustão da vegetação pelas chamas que progressivamente avançam no terreno não obedecendo a quaisquer regras ou princípios e sendo a consequência de hábitos ancestrais, de descuidos, etc. ou como uma técnica cultural integrada num sistema de agricultura que atingiu um determinado grau de evolução (Augusto Correia, 1992).

Quando se pensa especificamente sobre o meio ambiente, o problema central consiste na atribuição de valor independente a coisas como a preservação das espécies ou a protecção da vida selvagem (Blackburn, 1997). Numa conversa sobre as queimadas Elisa N'gomane¹⁵ disse-nos: *Quando nós nascemos os nossos pais queimavam o mato para fazer machambas e eles tinham aprendido dos nossos avós. Sempre houve queimadas e sempre houve terra para produzir comida. É por isso que ainda estamos vivos*".

As comunidade rurais praticam as queimadas pelas seguintes razões:

¹³ Entrevista com o Sr. Ganda-ganda, no dia 23 de Janeiro de 2002

¹⁴ Em Djavula só os residentes na comunidade podem fazer carvão. São considerados residentes os que têm casa, machamba e família no local

¹⁵ Entrevista que teve lugar no dia 24 de Janeiro de 2002

- a) Superstição: a morte da pessoa, o “mau olhado”, a indicação do feiticeiro da comunidade, o aparecimento de doenças no homem ou nos animais.
- b) Tradição: queima-se porque o pai e o avô já queimavam
- c) Caça: os animais impelidos pelo fogo são facilmente abatidos quando tentam passar pelas chamas.
- d) Defesa contra pragas e doenças: destruição de carraças que atacam os animais.
- e) Abertura de clareiras em volta dos aldeamentos para melhor observação, para defesa, para a instalação de culturas
- f) Técnica cultural, quando associada a sistema agrícolas de baixo investimento ou manejo de pastagens.

A queimada como prática cultural tem sido frequente em sistemas de agricultura extensiva ou pouco intensiva; ela pode constituir uma técnica, às vezes a única possível, para o camponês se desembaraçar da vegetação que não lhe interesse.

Nos sistemas tradicionais de exploração da terra, a conservação de grandes quantidades de nutrientes no sistema é feita através da parte aérea da vegetação que, depois de queimada, é incorporada no terreno através da cinza que se origina.

Para renovar nalguma medida as teorias sobre desenvolvimento (Sardan,1990) é preciso aceitar a necessidade de saber mais acerca de como é que o desenvolvimento tem lugar realmente e sobre as práticas efectivas do conjunto dos actores sociais que envolve.

O que se vê é que “nestes projectos, a participação da comunidade na conservação da floresta toma contornos de uma ortodoxia”(Meneses,1986) No caso do Projecto Licuáti, o processo de desenho das regras de manejo, por inexperience dos técnicos, foi efectuado com base em inventários exaustivos dos recursos florestais que forneceram os dados quantitativos do recurso existente na área do Projecto.

Para muitos peritos de desenvolvimento, o local é pura e simplesmente uma pessoa sedenta de melhorias. Na verdade, todas as comunidades sabem o que é que querem e sonham com um futuro melhor, que as vezes pode coincidir com uma das noções modernas de desenvolvimento, que é o bem estar social.

Segundo os nossos entrevistados a implementação do projecto que consistiu, na sua fase inicial, em vários encontros com o régulo e mais tarde com as comunidades. Como vimos antes (pág. 10) o objectivo principal era trabalhar de forma a reduzir a pressão sobre os recursos florestais, e melhorar o nível de vida das comunidades. Para a concretização destes objectivos o melhor caminho poderia ter sido no dizer do (Geertz, 1973), o modelo de dialogo ou melhor ainda, a polifonia. A ideia é permitir representar muitas ideias e produzir uma plurivocalidade que representasse as opiniões e sentimentos da maioria da população directamente contactada.

Para os locais, o projecto significava uma real possibilidade de: *“aumentar a produção de carvão e um mercado assegurado. Significava prosperidade pois a partir do projecto muito dinheiro poderia entrar nas terras de Djavula”*¹⁷ Isto mostra que para os naturais e outros residentes apesar de se notar uma abundância de recursos há sempre necessidade de preservá-las pois é neles que reside o seu "berço". E isto é uma questão fundamentalmente cultural. Havia necessidade de combinar os interesses económicos, a conservação do meio ambiente e a cultura local, retirando sempre que fosse possível e necessário as lições na história e cultura locais.

As referencias aos “factores culturais” fazem esquecer muitas vezes a existência de sub-culturas, a diversidade cultural interna dentro do mesmo grupo social, o peso das clivagens sociais (idade, sexo, género, classes sociais entre outras) nas normas e comportamentos

Um dos propósitos mais importantes se não o mais importante do Projecto, na região de Djavula, é a melhoria da eficiência na produção de carvão, e para que isso pudesse acontecer, fez-se um teste experimental de um forno redondo que apresenta melhores rendimentos (ver figuras em anexo). No entanto, tal forno não tem sido adoptado pelos membros da comunidade devido ao facto de o mesmo requerer mais trabalho e tempo na preparação do material¹⁸.

Segundo os consultores(nesta pesquisa tivemos como principais interlocutoras técnicas as engenheiras Carla Raposo do FAEF e a Argentina Cossa da DPADR de

¹⁷ Entrevista com o Sr. Raimundo Mukwanase, na noite de 23 de Janeiro de 2002

¹⁸ Conversa com a Egr.ª Carla Pereira da FAEF, no dia 19 de Março de 2002

Maputo, referidas neste texto) , a adopção desta nova técnica de fabrico de carvão melhoraria a diferença entre o peso da lenha e o peso do carvão, o que rentabilizaria a produção deste último, evitando o abate exagerado das árvores, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente.

Superstições, costumes ou mentalidades são invocados para explicar o “atraso” das populações rurais (Geertz, 1973) ou a sua resistência face as acções de desenvolvimento. Mas a inovação, o sincretismo e o empréstimo, sempre estiveram presentes nas sociedades rurais africanas, e as lógicas simbólico-religiosas (embora estas não se confundem com a racionalidade técnica ou económica dos agrónomos ou dos economistas ocidentais)

Na prática, e em conversas com as populações locais vimos que a visão dos consultores ainda não fazia parte do saber local.

“Nós pensávamos que vinham nos dar transporte para podermos vender o carvão em Boane ou em Maputo. Mas o que vemos é que estão a falar de poupar as árvores. Quando nós nascemos este mato e estas árvores existiam aqui. Os nossos avós viveram aqui. Qual é a necessidade de falar em poupar árvores? Acham que é possível acabar com estas árvores?”¹⁹

A abundância dos recursos florestais tem contribuído bastante para secundarizar o factor preservação da floresta. Como dissemos, nesta comunidade o poder político e administrativo está nas mãos do régulo. É por ele que a população se sente representada e consultada. Em termos práticos isto significa que para o sucesso de empreendimentos como este, não bastam as reuniões de esclarecimento. É necessário ter em conta alguns preceitos tradicionais.

Trata-se de uma imagem inversa. Os camponeses recusar-se-iam a entrar na economia e refugiar-se-iam na auto-subsistência e nas solidariedades antigas. No entanto, a monetarização da economia (e até da vida social) é desde há muito um dado adquirido e as relações comerciais encontram-se por toda a parte.

¹⁹ Entrevista feita a Judas N' guenha, no dia 27 de Janeiro de 2002

Djavula esteve sempre em contacto com pessoas de várias regiões através dos processos de emigração e imigração. A cultura que não muda ao longo do tempo e, conseqüentemente, não se adapta às novas situações, tende a definhir e morrer. A adaptação deve ser processada por cada geração (Martinez,1999). Todavia, é necessário que se tenha em conta que há valores culturais que fazem com que esta comunidade se diferencie das outras.

Para que empreendimentos como este tenham o sucesso esperado é necessário que a sua planificação, o seu discurso, inclua também a visão local. O desenvolvimento rural, é importante debruçar-se sobre os saberes locais dos camponeses, não porque eles são suficientes ou adaptáveis aos novos problemas, mas porque constituem uma variável central deste processo. Estes saberes são complexos:

— O saber “agrónómico” dos camponeses é por vezes mais sofisticado quanto mais simples forem as técnicas de produção. Largamente definidos, estes saberes não são arcaicos nem “tradicionais”; eles incorporam por toda a parte as informações do período colonial e pós-colonial e extraíram lições das operações de desenvolvimento anteriores, das disfunções do aparelho de Estado (Sardan,1990)

Alguns intervenientes directos disseram-nos que ficaram muito contentes com o estudo que se fez, visando a classificação das espécies vegetais e sobretudo com a forma de organização associativa adoptada para o processo do fabrico do carvão e outros projectos colaterais.

Segundo a Engenheira Argentina Cossa²⁰, em termos práticos, *“o Projecto utilizou uma metodologia mais de capacitação do que de pura informação e reuniu em grupos de 10 camponeses dentro das suas próprias comunidades, isto é, individuos com vinculos natural e tradicionalmente estabelecidos”*.

A presença de elementos estranhos à comunidade, localmente designados por *“ninjas”* (pessoas que foram se fixar no local após o calar das armas da guerra civil ou que durante o conflito ali se refugiaram) faz com que não haja sintonia entre os

²⁰ Funcionária do DPADR de Maputo

planos do projecto e as expectativas da população local. Num dos inquéritos efectuados em 1999, depois das visitas aos locais de produção de carvão, chegou-se a conclusão de que apesar de conhecerem as regras de maneo, as comunidades não as cumpriam integralmente. Um dos grandes problemas enfrentado pela comunidade é a presença desses “ninjas” cujo objectivo é fazer carvão sem obedecer às regras tradicionais de maneo.

E este exemplo mostra que é necessário que sejam tidas em consideração as análises do conjunto das práticas sociais efectivas ligadas ao desenvolvimento, tanto dos “desenvolvedores” como a dos “desenvolvidos”.

O principal confronto na ligação entre os técnicos do projecto e os produtores do carvão está ancorada nos fornos. Em vez de partir para o aperfeiçoamento tecnológico do forno tradicional através de uma educação não formal do produtor local, o projecto Licuáti introduziu um novo formato de forno que choca com os hábitos de produção local.

Em Djabula a produção de carvão é feita tradicionalmente com base no forno tipo “barco”. Esta técnica tem entre outras as seguintes vantagens:

Não tem limitação do tamanho do diâmetro da lenha, pode ter volume de forno que ultrapassa 10 metros cúbicos; pode ser construído por homens ou mulheres, singulares ou colectivos; a ignição do forno é relativamente fácil e o operador não corre risco de queimar-se. E, tem como desvantagens entre outras as seguintes:

O tempo da queima não é relativamente longo, devido à propagação do calor que é linear; requer presença permanente do operador para controlar a propagação do calor e no fim da queima, frequentemente sofre desabamentos e abertura instantânea da cobertura.

Para corrigir esta situação o projecto introduziu um plano de maneo florestal acompanhado por uma nova tecnologia de produção de carvão: o forno de tipo “casa-mansa”. Este tem entre outras as seguintes vantagens:

A queima da lenha é uniforme devido à forma radial de propagação do calor; não exige a permanência do operador durante a fase de queima; a queima é relativamente menos longa; o forno pode ser construído por homens mulheres, singulares ou



colectivos; o forno é aconselhável para produtores de carvão em escala reduzida; no fim da queima, não sofre desabamentos.

Como desvantagens salientam-se : A sua limitação no volume e tamanho da lenha; devido ao formato circular, requer noções de geometria; o operador pode sofrer queimaduras porque a sua ignição é feita no centro e, no centro tende a formar-se carvão fino quando não for bem regulada a entrada de ar.

Esta técnica de produção a partida vantajosa interfere no sistema local pelo facto provocar alterações em termos de hábitos e não resolver a concorrência imposta pelos forasteiros. O forno tradicional é por sua natureza, uma jornada pois requer presença permanente do operador para controlar a propagação do calor. O tempo da queima é relativamente longo, devido a propagação do calor que é linear. Aqui está o cerne do conceito local de trabalho e ocupação do homem.

Todavia, a novidade tecnológica do projecto, o forno “casa-mansa”, altera o conceito de trabalho pois não exige a permanência do operador durante a fase da queima e esta, é relativamente menos longa.

A falta de adopção deste tipo de forno reside no facto de ser difícil de construir pois exige uma certa especialização ligado ao facto de ter um formato circular e requerer noções de geometria.

A abundância dos recursos florestais e a concorrência “desleal” daqueles que sem seguir os preceitos tradicionais produzem carvão em progressão geométrica, é outro factor importante de desencontro e retracção da comunidade local em relação ao projecto, sobretudo nesta vertente de uso e maneiço de recursos naturais.

Os factos acima mencionados vêm a confirmar a nossa hipótese de que a concepção exógena destes projectos repercute-se no ethos cultural das comunidades locais causando “conflitos” entre os actores sociais intervenientes. São os agentes de desenvolvimento (enquadradores agrícolas, agentes técnicos, colaboradores locais das ONGs, animadores rurais, etc.) que se encontram no ponto de impacto de um

programa sobre a população visada; é através deles que um projecto de desenvolvimento assume realidade, conteúdo e forma para os seus destinatários.

O “desvio” que se produz entre o desenvolvimento “no papel” e as mudanças efectivas no outro extremo da cadeia, não se deve apenas as práticas dos operadores, mas também aos próprios comportamentos dos visados que são entretanto os principais interessados. O que se nota, é que na prática, ambas as partes manipulam e criam estratégias que vão ao encontro dos seus interesses particulares.

Capítulo VI

Algumas considerações finais

Já vai muito longa a nossa "viagem". E conscientes estamos que de forma alguma esgotámos o tema em análise. Como diz Bordieu (1989), "o cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo "coisas teóricas" muito importantes a respeito de objectos ditos "empíricos" muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até um pouco irrisórios". E nós entendemos que estamos no início de uma caminhada para a produção de conhecimento.

- O projecto foi concebido para colmatar duas situações: estancar ou reduzir o nível de degradação da floresta e introduzir uma nova forma de manejo comunitário. A partida este critério mostra que o maior interesse não é a comunidade mas sim os recursos. Achamos que não só se deve aproveitar e valorizar as formas tradicionais de manejo comunitário mas ter na comunidade o sujeito de qualquer tipo de projecto.

- Os projectos de desenvolvimento rural não devem ter como pressuposto a ignorância local em relação a tecnologia moderna. A não adesão ao forno introduzido pelo projecto é um exemplo paradigmático disso. Visto isso, a nossa hipótese de que o conhecimento da cultura local dos actores sociais é um factor importante na definição das estratégias e práticas de desenvolvimento está confirmada o que não rejeita totalmente os argumentos apresentados pelos peritos.

- O enriquecimento das capacidades locais através da formação tecnológica como processo, facilitaria a convivência entre os actores sociais locais e os dinamizadores do projecto. Por exemplo, no caso dos fornos de carvão de Djavula, achamos que a adesão a esta novidade tecnológica teria sido mais facilitada se tivesse sido no âmbito da educação não formal virada a melhoria tecnológica do que se vinha usando no local

- Os sinais de modernidade ligados à presença do Estado com os seus diversos aparelhos e a burocracia é quase nula nesta região. Todavia, nota-se que ao lidar com os peritos do projecto, as pessoas entendem que estão em presença de representantes do governo central e acoplam isso ao governo do dia, o partido Frelimo. Como se poderá resolver este cenário no futuro? E que implicações ou conflitos poderão surgir em caso de mudança deste cenário?

- Observámos que nesta comunidade o poder político coincide com o poder tradicional e isto leva a que o régulo ocupe o lugar cimeiro em ambos os espaços. Em termos práticos isto faz com que os responsáveis dos projectos de desenvolvimento centrem as suas atenções neste líder. Esta maneira de lidar com a comunidade é muitas vezes contrária a muitos preceitos de participação pois coarcta a possibilidade de cada indivíduo contribuir e influenciar o processo de desenvolvimento.

- Ancorar no régulo o ponto de contacto entre os donos do projecto e a comunidade é uma forma muita cómoda e simples de encarar as coisas. Esta forma de agir exclui dos benefícios do projecto os grupos vulneráveis ou mais discriminados da comunidade, como os “não naturais” e as mulheres.

- Vimos que as redes sociais permitem o exercício de solidariedade em situações diversas, principalmente quando há ameaças, riscos, acidentes, colectivos ou individuais. E, em determinadas ocasiões, são as redes sociais primárias, construídas em torno de cada indivíduo que garantem a protecção, moradia e sobrevivência.

- Nas comunidades, as relações de parentesco revestem-se de grande importância pois o camponês não assume decisões sozinho, precisa de discuti-las em família, com vizinhos e amigos, e participar de um grupo maior de pessoas que o ajudem a assumir a decisão. E o poder simbólico do régulo é um elemento omnipresente na tomada de decisões a nível da comunidade. Achamos que o aproveitamento desta forma de organização local, seria uma mais-valia para todo e qualquer projecto de desenvolvimento num meio rural similar.

- Nesta comunidade, a organização da produção rural em grupos de famílias é um instrumento favorável para a promoção da coesão interna dos grupos e para desencadear mudanças nas áreas económica, social e técnica. Com a entrada dos projectos, verifica-se que há necessidade de se combinar os interesses económicos, a conservação do meio ambiente e a cultura local, retirando sempre que for possível e necessário as lições na história e cultura locais.

- O enfoque do género é importantíssimo pois como vimos, a mulher deve exercer as suas actividades doméstica (filhos e casa) independentemente de ajudar o homem em outras actividades fora do lar. Esta prática tem muito a ver com os ventos de mudança trazidos pelos projectos de desenvolvimentos nas suas diversas vertentes.

6.1.2 Algumas recomendações

- Os projectos devem resgatar o saber local, respeitar os hábitos e formas de organização social que permitem incrementar a capacidade organizativa das comunidades e, a partir desta organização, pode-se pensar em planos de desenvolvimento

- No futuro os projectos deviam basear-se em equipas multidisciplinares que incluíssem peritos na área social- antropólogos, sociólogos, historiadores, arqueólogos e outros- o que facilitaria tornar os actores sociais envolvidos mais próximas e um melhor fluxo de informação. Em outras palavras queremos dizer que a conjugação dos vários saberes poderia facilitar o diálogo entre os peritos e a comunidade para além de aproximar os projectos as reais necessidades locais o que seria benéfico para a sua concepção conjunta.

- A discussão sobre o poder e as relações de género é uma vertente que minuciosamente explorada pode trazer novos dados importantes para o conhecimento desta e de outras zonas rurais do país, desta vez tivemos que priorizar o enfoque enunciado nas nossas hipóteses.

Capítulo VII

7.1. Bibliografia Referenciada

Adams, B.N (1967)- Interaction theory and social network. *Sociometry*, vol30, pp 64-78.

Balandier, George (1971)- Sens et puissance. *Les Dynamiques Sociales*. PUF. Paris.

Boudon, Raymond e Bourricaud, François (1993)- Dicionário Crítico de Sociologia, Editora Ática. São Paulo.

Basiliat, J et al (1997)- Estratégias de Extensão para o Desenvolvimento Rural: Uma abordagem sensível ao género. Programa Néctar. Faculdade de Agronomia. Maputo.

Brouwer, Roland (1999)- Gestão comunitária de recursos naturais: crise imanente ou beco com saída?- Comunicação em Plenário. In: Memórias da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, Moçambique, Novembro de 1998.

Casal, Yanez (1996)- Antropologia e Desenvolvimento. Aldeias Comuns de Moçambique. IICT. Lisboa.

Calhoun .C.J (1980)- Community: Toward a variable conceptualization for comparative research. *Social History*. Manchester.

Chichava, José. A (1999)- Participação Comunitária e Desenvolvimento: O Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique. ML Graphics.

Hardin, G (1968). The tragedy of the commons", *Science*. In: - Meneses, M. Paula (1986)- Os "Outros" e "Nós": a questão do acesso, uso e gestão dos recursos naturais em Licuáti. In: Boaventura de Sousa Santos e João Trindade (orgs) *Conflitos e Transformação Social : uma paisagem das justiças em Moçambique (Relatório de Investigação)*. Maputo e Coimbra. Centro de Estudos Africanos e Centro de Estudos Sociais.

Mauss, Marcel (1988)- Ensaio sobre a Dádiva. Perspectivas do Homem. Edições 70.

Mammo, Tirfe (1999)-The Paradox of Africa's Poverty: The Role of Indigenous Knowledge, Traditional Practices and Local Institutions-the case of Ethiopia. RSP. INC. Eritrea.

Memórias da 1ª Conferencia Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, Moçambique, Novembro de 1998.

Netting; Wilk, R.E. Arnoul, E (1984)-Introduction. In: R.Netting, R. Wilk, E Arnold (eds.) Household: comparative and historical studies of domestic groups. London: University of California Press.

Nişbet, Robert.A (1977)- Comunidade. In Forachi, MM e Martins, J. Sousa. Sociologia e Sociedade .LTC.Rio de Janeiro

Parsons, T (1949) The Social Structure of family. In: Asheen, R. N (org), NY, Harper & Row.

Rahnama, Majid (1997) Participation In: Cristiano Matsinhe (1999) Abordagens desenvolvimentistas: Ainda sobre cultura cívica e ethos social. IFICS/PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro.

Souza, Maria Luiza de (1987)- Desenvolvimento da Comunidade e Participação. Editora Cortez.SP

Sarraceno, Chiara (1992). Sociologia da Família, Ed. Estampa, Lisboa.

Tonnies, Ferdinand (1989)- Comunidade e Sociedade. In Cruz, M.Braga da (org) Teorias Sociológicas. Os Fundadores Clássicos. Vol-I. Fundação Calouste Gulbékian. Lisboa

7.1.2 Bibliografia Relevante

Augé, Marc(1978)- Os domínios do Parentesco, Edições 70, Lisboa

Barnes, J.A (1987)- Redes Sociais e Processo Político. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas, SP.

Bordieu, Pierre(1989)- O Poder Simbólico, Difel, Lisboa.

Both, Elizabeth.(1971)- Família e Rede Social,, SNEL, Rio de Janeiro.

Chambert, Robert (1993)- Rural Development: Putting the last first. New York.

Evans-Prichard.E.E(1950)- Parentesco e a Comunidade Local entre os Nuer.In: Radcliffe-Brown e Ford, Daryll- Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento. 2a edição. FCG.Lisboa

Ferrinho , Homero(1993)- Comunicação Educativa e Desenvolvimento Rural. Edições Afrontamento.

Fialho , José Feliciano (1998), Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique, Arquivo Histórico de Moçambique.

Florêncio, José Pereira (1986)- Processo de Transformação Social no Universo Rural moçambicano e o caso do distrito de Buzi, Tese de Mestrado.

Fortes, Meyer (1972)-The Kinship and the social order, In: Current Antropology, XIII.

Fortes, M, e Evans-Prichard, E.E (1981)- Sistemas políticos Africanos., Fundação Calouste Gulbekian.

Fortes, Meyer (1971). Introduction. In: Jack Goody (ed), The development cycle in domestic groups. Cambridge University Press, pp.1-13.



- Ferreira de Almeida, João e Madureira Pinto, José (1990)**- Teoria e Investigação Empírica em Ciências Sociais. Ed. Presença.
- Godilier, Maurice(1986)**- Modo de Produção. In: Enciclopédia Eunaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gluckman, Max (1971)**. Prefácio. In: Both, Elizabeth.(ed.)- Família e Rede Social,, SNEL, Rio de Janeiro.
- Junod, Henri.A (1974)**- Usos e Costumes dos Bantu: A vida de uma tribo do Sul de África, 2ª edição. Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques.
- Lamisson, Pierre (1977)**-Les strategies matrimoniales dans une sistema complexe de parente.
- Loforte, Ana Maria(1996)**, "Género e Poder- Entre os Tsonga de Moçambique- Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia.
- Ludin, Iraê et all (1999)** Relatório sobre a pesquisa sócio-económica realizada na Comunidade de Djavula, distrito de Matutuine.
- Matsinhe, Cristiano(1999)** Abordagens desenvolvimentistas: Ainda sobre cultura civica e ethos social. IFCS/PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Mauss, Marcel (1998)**- Ensaio sobre a Dádiva. Perspectivas do homem. Edições 70. Lisboa. - Strauss, Levi (1956)-The Family. In: H.L.Shapiro (org.). Man, Culture and Society, Oxford University Press.
- Meneses, M. Paula(1986)**- Os "Outros" e "Nós": a questão do acesso, uso e gestão dos recursos naturais em Licuáti. In: Boaventura de Sousa Santos e João Trindade (org.) Conflitos e Transformação Social : uma paisagem das justicas em Moçambique (Relatório de Investigaçao). Maputo e Coimbra. Centro de Estudos Africanos e Centro de Estudos Sociais.

Martinez, Francisco Lerma (1995)- Antropologia Cultural, Maputo, Edições Paulinas, (2ª edição)

Mitchell, Clyde (1969)-The concept and use of social network-In: Clyde Mitchell (ed), Social Network in urban situations: analysis of personal relationship in Central African towns-Manchester University Press.

Negrão, José (2000)- Cem Anos de Economia da Família Rural Africana, Promédia.

Nisbet, Robert.A (1977)- Comunidade. In: Foracchi, M.M e Martins. J. Souza. Sociologia e Sociedade. LTC. Rio de Janeiro.

Ngoenha, Severino(1992), O Retorno do Bom Selvagem , Edições Salesianas do Porto.

Ribeiro, Armando, Antropologia- Aspectos Culturais do Povo Changana e Problemática Missionária (1998), Edições Paulinas.

Pina,Cabra, J (1991), Os Contextos da Antropologia, Lisboa, Difel.

Portugal, Silvia (1995)- Revista Crítica de Ciências Sociais, No 42, Lisboa,pp.155-178.

PNUD (1999) Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano.

Rita- Ferreira, António (1975)- Os povos de Moçambique. História e Cultura. Edições Afrontamento.

Redfield, Robert (1973)- The Little Community an peasant society and culture. The University of Chicago Press.EUA

Santos, Boaventura (1995)- Revista Crítica de Ciências Sociais, 42, pp.v-vii.

- Sardan, Jean Pierre Oliver de (1990)**- Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas de Desenvolvimento. In: Revista Internacional de Estudos Africanos. Números 2 e 3. Janeiro- Dezembro.
- Silva, Teresa Cruz e,(2000)**- As Redes de Solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala. In: Boaventura de Sousa Santos e João Trindade (org.) Conflitos e Transformação Social : uma paisagem das justiças em Moçambique (Relatório de Investigação). Maputo e Coimbra. Centro de Estudos Africanos e Centro de Estudos Sociais, 2000. Pp22.1-22.45.
- ✧**Souza, Maria Luiza de (1987)**- Desenvolvimento da Comunidade e Participação. Editora Cortez. São Paulo.
- Seperry, Susana (1991)** Unidades de produção familiar rural & o Projecto Silvânia, Editora da UFRJ, RJ.
- Turner, Victor (1972)**-Schism and Community in Africa Society. Mup. Manchester.
- Tonnies, Ferdinand (1989)**- Comunidade e Sociedade. In Cruz, M.Braga da (org). Teorias Sociológicas. Os fundadores e os Clássicos. Vol-I. Fundação Calouste Gulbekian. Lisboa.
- ✧**Valá, Salim, C (1998)**- O que é participação Comunitária? In: Jornal Domingo de 11 de Janeiro. No 833,p-18.Maputo.
- Velsen, Van (1987)**- A Análise Situacional e o Método de Estudo de caso Detalhado. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas, SP.
- Viegas, Alberto (1978)**, Os fundamentos Filosóficos da Ética, SP.
- Vicent, Joan (1987)**- A sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas, SP, pp. 375-401

7.1.3 Apexos

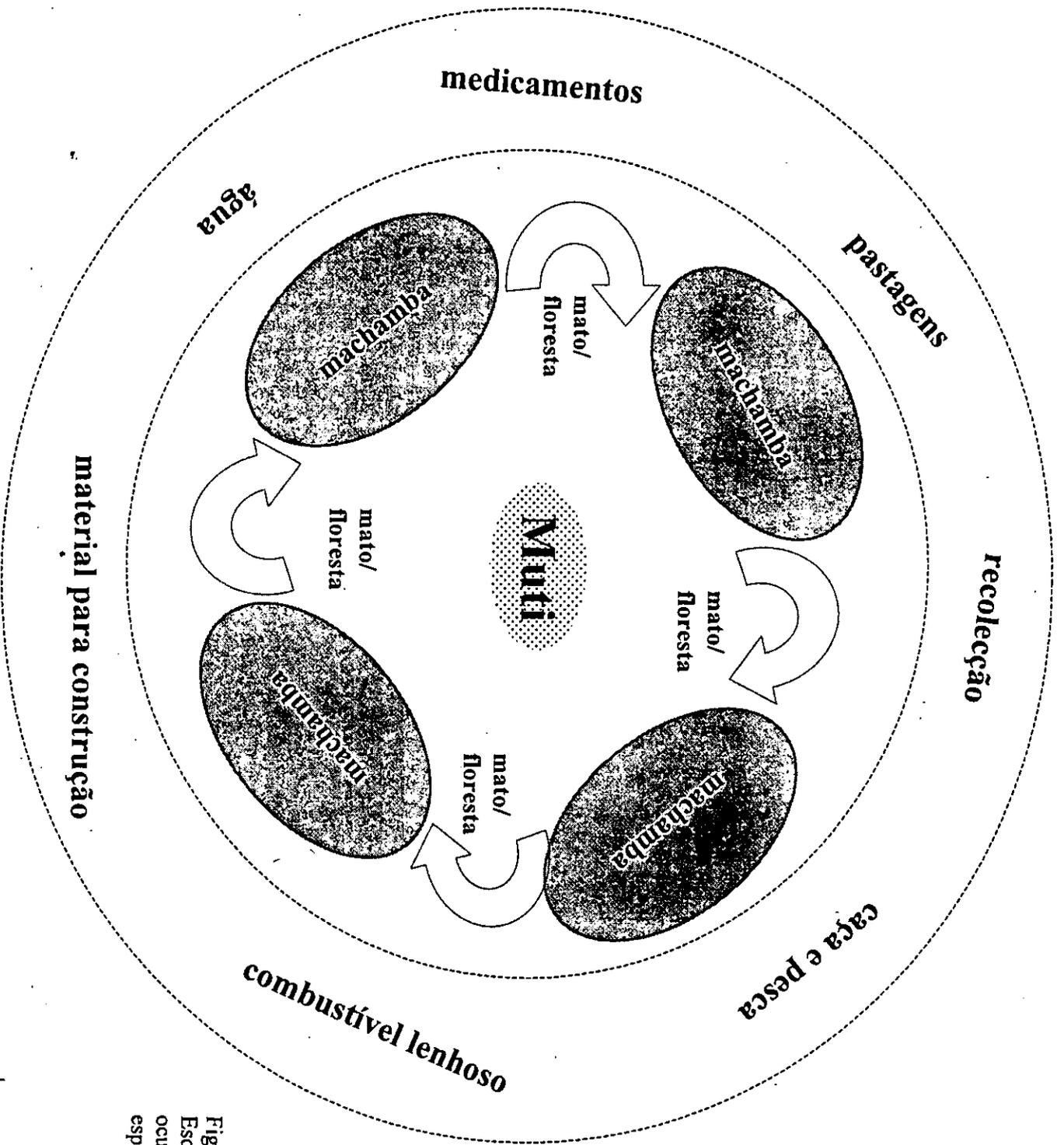


Fig. 2
 Esquematização da
 ocupação do
 espaço em Licudi

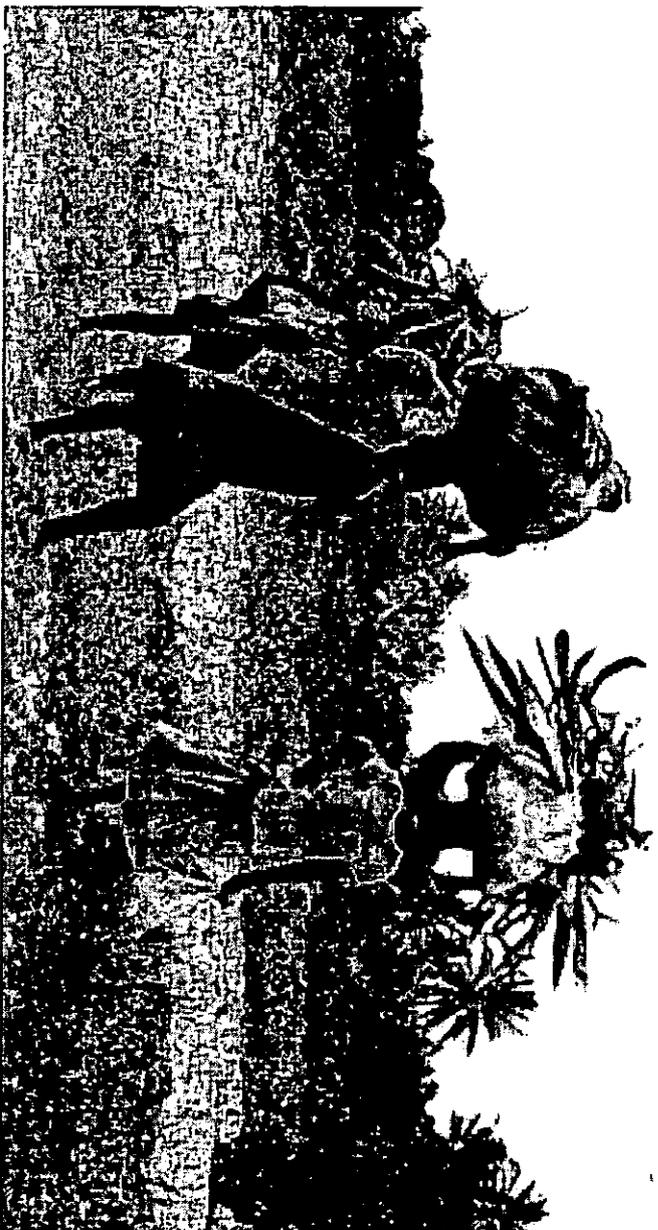


Fig. 3 Localmente, para combustível lenhoso utilizam-se os ramos e galhos partidos das árvores e arbustos

Guião de entrevista para a população

- **Dados Biográficos**

1. Nome
2. Sexo
3. Idade
4. Ocupação

- **Agregado familiar**

1. Número de esposas
2. Número de filhos
3. Outros parentes

- **História da Comunidade**

1. Como é que viviam na era colonial?
2. Que língua fala?
3. Que tipo de cerimónias se realizam ?
4. Qual é a importância dessas cerimónias?
Que diferenças nota entre antes e agora?

- **Organização social e económica**

1. Que actividades são desenvolvidas pelos homens?
2. Que actividades são desenvolvidas pelas mulheres?
3. O que é que produzem?
4. Como é que é feita a distribuição?
5. A que horas começam a trabalhar
6. Quem vai a caça?
7. Fale-me dos rendimentos de produção.

Organização política

1. Quem resolve os conflitos?
2. Quem faz a distribuição da terra?
3. Quem resolve os conflitos conjugais?
4. Há feitiço?
5. Se há, como é que resolvem os problemas de feitiço?
6. Quem resolve os problemas de divórcio?
7. Que tipo de casamentos se praticam?
8. Há linhagem?
9. Há casamentos prescritos?
10. Há chefes de aldeia?
11. Como é que se relacionam?

Informação sobre os cônjuges

1. Quem cozinha?
2. Quem vai à machamba?
3. Quem é que faz os fornos de carvão?

Ecologia

1. O que significa esta terra para si?
2. Que alterações tem notado nos últimos tempos?
3. Em que e que a família usa a terra? E as plantas?
4. Acha que houve alguma mudança no uso e aproveitamento da terra?
5. Se sim, qual ?

6. Impacto do Projecto

1. Alguem da familia trabalha no Projecto Licuati
 2. O que e que faz?
 3. O que e que acha do Projecto?
 4. Esta satisfeito com os servicos do Projecto Licuati?
 5. Se nao, o que e que falta?
 6. Como e que a comunidade pode participar melhor no Projecto?
- 7. Outras questoes**
1. Tem outros aspectos a dizer sobre o maneiio dos recursos florestais?

Lista dos entrevistados

Hajira Recondo

Ganga Ganda

Samora Tembe

Domissane Tembe

Elisa N'gomane

Mukhomu Ndlane

Albano de Castro (M'botela)

Raimundo Mukwanaze

Muchonisse Mafumo

Muchali Dlhovu

Massali Tembe

Catarina N'guenha

Judas N'guenha

Aida N'guenha

Rita M'boissa

Rosa Chembene

Cecília Tembe

Venâncio Tembe

Maria Lhalhe

William Tembe

Maria Dunze

Aida N'guenha